

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

NATHÁLIA DE MOURA ZILLE CARDOSO

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E AS CONTRIBUIÇÕES
FEMINISTAS NO MUNDO *ONLINE*

RIO DE JANEIRO

2016

Nathália de Moura Zille Cardoso

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E AS CONTRIBUIÇÕES
FEMINISTAS NO MUNDO *ONLINE*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ilma Rezende Soares

Rio de Janeiro
2016

A todas as mulheres do Brasil e do mundo, principalmente àquelas que para mim representam as maiores referências de força e luta: Maria Arlete (*in memoriam*), Maria Antônia, Ana Cláudia (*in memoriam*) e Fatima Christina. Este trabalho é dedicado a todas vocês.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão não cabe em algumas poucas folhas. Nesta jornada, contei com o apoio incondicional de diversas pessoas que não pouparam suas demonstrações de amor e cuidado.

Agradeço primeiramente a Deus, não como num ato cego e vazio através do qual muitas pessoas, de forma clichê, o agradecem. Mas sim como uma demonstração da minha gratidão e amor a um Deus que é meu Pai, amigo e porto seguro. Ele me deu força e esperança mesmo naqueles dias em que o mundo me dizia que não daria certo. Obrigada também, Pai, por ter colocado tantas pessoas incríveis em minha vida, especialmente no decorrer desta caminhada, ao longo da minha graduação, as quais algumas serão citadas aqui.

À minha mãe, Fatima, obrigada por sempre acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesma acreditei. Obrigada por ter sido a pessoa que mais me incentivou a iniciar esse desafio, que foi a graduação em Serviço Social. Obrigada por sempre abraçar os meus sonhos, por mais improváveis que parecessem e possam continuar parecendo.

Ao meu pai, Rodrigo, obrigada por também sempre me lembrar de que eu sou capaz de conquistar o mundo e de que tem orgulho de me ter como sua filha. Obrigada por todo o seu amor e preocupação, apesar de todas as adversidades.

Ao meu irmão caçula, Pedro, obrigada pelas tantas vezes que tentou me acalmar em relação à tensão da faculdade e deste trabalho, mesmo não compreendendo muito bem todo esse processo. Obrigada por sempre me fazer sorrir e tentar tornar a minha vida um pouco mais leve.

Ao companheiro que ganhei para o resto da vida, Marcio Luiz, obrigada por ter permitido ser usado pelo nosso Deus tantas vezes para me proporcionar paz e por não ter economizado as tantas vezes que me disse “você consegue”. Na etapa de elaboração deste trabalho, você conseguiu ser o meu ponto de equilíbrio e de perseverança, lembrando-me sempre de que esta é a primeira das tantas conquistas e sonhos que realizaremos juntos.

Vocês quatro significam o meu princípio, meio e fim. Representam o ombro que quero ter para os dias difíceis e o abraço para os dias de vitória. Amo vocês mais que qualquer coisa no mundo.

Agradeço, ainda, apesar da “correria” cotidiana, que muitas vezes nos impediu de estarmos juntos mais vezes, a toda a minha família (materna e paterna) por todo o amor, apoio e credibilidade que sempre me deram; principalmente minha avó, Maria Antonia, meus tios Maria Gracinda e Celso, minha prima Aline Martins e meu padrinho, Marcio Baeta. Além de agradecer, claro, à minha nova família: Adriana, Marcio e Vitor Leal. Obrigada pelas orações e torcida para que esse trabalho se tornasse possível (e dentro do prazo). Amo todos vocês infinitamente!

Além disso, foram muitas as amizades construídas ao longo desses quatro anos. Agradeço a todos aqueles que sempre me proporcionaram palavras de incentivo e de carinho, mesmo aqueles não tão próximos; e até mesmo os que

passaram pelo meu caminho para me ajudar com trabalhos e provas. Também agradeço àqueles que *tentaram* me abalar através de atitudes negativas: vocês contribuíram para o meu amadurecimento, fazendo-me ainda mais forte e reforçando a certeza de que estou no caminho certo.

Não poderia, porém, deixar de citar alguns nomes fundamentais: à Marianna Papinutto, minha “Nenny”, amiga que a UFRJ me deu para o resto da vida, não tenho palavras para agradecer pelos tantos momentos que compartilhamos juntas. Foram muitas lágrimas, risos (e músicas), angústias e sonhos vividos durante esses últimos anos; inclusive muitos deles ocorridos na sua casa, lugar em que fui generosamente acolhida por você e sua maravilhosa família. Por isso, deixo registrado também meu agradecimento a Ana Clara S. Thiago, Adriana e Marco Papinutto, pela generosidade e carinho a mim dirigidos.

Às minhas amadas “*friends*”, Kênia Drummond e Isabela Araújo, obrigada por terem me apoiado e amado mesmo nos dias mais difíceis, desde o primeiro dia de aula. Sem vocês essa caminhada não teria sido tão repleta de lindas lembranças. Podem ter certeza de que nossa história juntas não acaba com a formatura.

Eu não poderia esquecer também de agradecer às amigas que estão ao meu lado desde antes da graduação, sempre compreendendo minha ausência, mas também sempre certas do amor que tenho por elas: Paola Bitencourt e Marjorie Noronha.

À minha orientadora e amiga Ilma Rezende Soares, agradeço pela imensurável compreensão, paciência e incondicional apoio. Obrigada por cada gesto de carinho e preocupação; por cada ensinamento que me passou desde o primeiro período de graduação; por toda a confiança que sempre depositou em mim; por todas as horas de conversa que contribuíram (e muito) para o meu crescimento como ser humano. É por causa de pessoas incríveis como você que ainda tenho fé em dias melhores para o mundo em que vivemos. Fique sabendo que você tem aqui uma eterna admiradora e amiga; e como já lhe disse, você é “minha Maria Arminda”.

Agradeço também a todos os professores e professoras incríveis com quem tive a honra de adquirir mais conhecimento durante esses quatro anos. A educação é um instrumento de transformação, que a cada dia desconstrói e constrói uma nova Nathália.

Por isso, devo agradecer especiais a alguns professores que fizeram diferença nessa “transformação”: à professora Maria Celeste Simões Marques, agradeço por já no meu primeiro ano de graduação ter me dado a oportunidade de participar de seu grupo de pesquisa, no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH). Sua atenção, orientações e apoio daquele momento até o presente foram e são incríveis.

À professora Ludmila Fontenele Cavalcanti, obrigada por ter me dado a oportunidade de participar de seu projeto de extensão nesta reta final da graduação. O projeto “Prevenção à violência sexual”, do Núcleo de Políticas Públicas, Identidades e Trabalho (NUPPIT), foi fundamental para a elaboração do presente trabalho, assim como suas orientações. Obrigada por ter contribuído para que eu

descobrisse (mesmo depois do prazo ideal) minha paixão pelo objeto de estudo que aqui desenvolvi. Além disso, agradeço por sempre ter sido extremamente atenciosa e cuidadosa comigo; muitas vezes tendo me acalmado e auxiliado em relação a este trabalho e ao meu futuro profissional (o que inclui o apoio que me deu em relação aos processos seletivos para Residência Multiprofissional).

Por fim, a vocês duas, agradeço imensamente por aceitarem o convite de participar da banca examinadora de meu trabalho, que significou para mim um intenso desafio. Mesmo com suas agendas repletas de atividades, vocês reservaram um espaço para participarem de mais este momento tão importante da minha formação.

Ao professor Gustavo Javier Repetti, gostaria de agradecer pela dedicação e maestria com que ministrou as aulas de Orientação e Treinamento Profissional, disciplina fundamental à prática do Serviço Social, que contribuiu de forma também especial para a construção da profissional que em breve serei.

Além destes, devo meu “muito obrigada” a todos os estagiários e assistentes sociais com quem tive o prazer de conviver e aprender ainda mais sobre a prática profissional durante quatro semestres de estágio, no Hospital Municipal Jesus e no Hospital Municipal Miguel Couto (dois semestres em cada): principalmente às minhas queridas supervisoras de campo, Marcia de Jesus e Maria de Fatima Sanches, também absolutamente fundamentais para o meu processo de formação profissional. Registro também meu agradecimento aos pacientes e familiares de usuários do Serviço Social que atendi nos referidos hospitais, razão primeira e última da existência do Serviço Social como campo do saber.

Por fim, mas de igual importância, registro meu agradecimento a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. É graças à luta de vocês que a universidade pública se mantém viva!

“Desconfiai do mais trivial, na aparência
singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece
habitual.

Suplicamos expressamente:

Não aceiteis o que é de hábito como coisa
natural,

Pois em tempo de desordem sangrenta,

De confusão organizada,

De arbitrariedade consciente,

De humanidade desumanizada,

Nada deve parecer natural,

Nada deve parecer impossível de mudar”.

- Bertolt Brecht

CARDOSO, Nathália de Moura Zille. **A violência sexual contra a mulher e as contribuições feministas no mundo *online***. Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é a violência sexual contra a mulher e sua discussão no Brasil através da rede social virtual *Facebook*. É constituído de três partes: na primeira será feito breve panorama sobre a violência sexual contra a mulher no Brasil, assim como em relação a como o movimento feminista vem tratando a questão. Na segunda serão trabalhadas questões relacionadas à peculiaridade dos movimentos sociais na era da internet, em que a instantaneidade e a replicação da informação são características. Por fim, na terceira, o estudo empírico será apresentado, de forma que seja possível explorar como a violência sexual contra a mulher vem sendo debatida através do movimento feminista na rede social virtual *Facebook*. A amostragem da presente pesquisa é composta por publicações das páginas do *Facebook* intituladas *Não Me Kahlo*, *Empodere Duas Mulheres* e *Feminismo Sem Demagogia – Original*. O recorte temporal das publicações se deu entre o período de 21 de maio a 21 de agosto de 2016. A escolha pelo início do período estudado deve-se ao fato de este ter sido o dia em que uma jovem de 16 anos foi vítima de um estupro coletivo na cidade do Rio de Janeiro, fato que foi intensamente propagado nas diversas mídias. Já a escolha pelo término no dia em que se completaram três meses desde o ocorrido com a jovem, se deu pelo fato de que através de tal período foi possível coletar material suficiente para a análise. O material foi coletado através da utilização dos descritores “violência sexual” e “estupro” nos campos de “busca” das páginas. Após serem aplicados os critérios de exclusão, chegou-se à amostragem de 97 publicações, que foram posteriormente tabuladas, de acordo com categorias pré-estabelecidas, e analisadas, caracterizando-se como uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo. O estudo permitiu identificar que as redes sociais são ferramentas que possibilitam favorecer o empoderamento da população acerca do enfrentamento e da prevenção à violência sexual.

Palavras-chave: Violência sexual; Ciberespaço; Feminismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	13
1.1 Violência, um fenômeno social	13
1.2 A violência sexual contra a mulher no Brasil	19
1.3 O lugar do feminismo e das políticas públicas no enfrentamento da violência sexual contra a mulher no Brasil	24
2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET	28
2.1 Um novo mundo	28
2.2 Redes de informação e empoderamento	30
2.3 Feminismos em rede	35
3 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E O CIBERFEMINISMO	41
3.1 Caracterização do universo empírico	41
3.1.1 <i>Não Me Kahlo</i>	41
3.1.2 <i>Empodere Duas Mulheres</i>	44
3.1.3 <i>Feminismo Sem Demagogia – Original</i>	45
3.2 Procedimentos metodológicos	47
3.3 Exposição dos dados empíricos	49
3.3.1 <i>Não Me Kahlo</i>	49
3.3.2 <i>Empodere Duas Mulheres</i>	51
3.3.3 <i>Feminismo Sem Demagogia – Original</i>	52
3.4 Discussão dos dados empírico-analíticos	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado por Nathália de Moura Zille Cardoso, estudante da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação da Professora Ilma Rezende Soares. Tem por finalidade dar subsídios ao TCC II, exigência do curso de Serviço Social para conclusão da graduação.

O **objeto** de estudo deste trabalho é a violência sexual contra a mulher e sua discussão no Brasil através da rede social virtual *Facebook*.

Seus **objetivos** são: a) discutir a violência sexual contra a mulher no Brasil e como se configuram os movimentos sociais na era da *Internet*; b) analisar a atuação do movimento feminista brasileiro sobre questões relativas à violência sexual contra a mulher através das redes virtuais.

O trabalho tem por base duas **hipóteses**: a) as páginas que atuam sob perspectiva feminista utilizam o mundo virtual para tecer críticas ao modo como a mídia jornalística trata as questões relativas à violência sexual contra a mulher; b) as páginas que atuam sob perspectiva feminista contribuem de forma efetiva para o enfrentamento à violência sexual contra a mulher.

O conhecimento sobre a violência sexual contra a mulher no Brasil é fundamental para se construir uma sociedade igualitária entre homens e mulheres, que desejam ver direitos garantidos; sendo assim, meu interesse pelo tema sempre esteve presente desde o ensino fundamental. Isso porque tive o privilégio de ter professores das disciplinas de História e Geografia, de diferentes escolas, que sempre estimularam os estudantes a pensar criticamente sobre os mais diversos temas, inclusive o que trato neste trabalho.

A “coisificação” da mulher na sociedade brasileira sempre me pareceu extremamente evidente. Através de ensinamentos inquietantes em sala de aula, no ensino fundamental e principalmente no ensino médio, minha sensibilidade em relação ao tema foi progressivamente aumentando. Soma-se a isso o fato de ser confrontada com notícias de violência sexual contra a mulher nas diversas mídias, fossem escritas, televisivas ou digitais.

A motivação pelo estudo científico sobre o tema, entretanto, surgiu a partir da minha inserção no projeto de extensão “Prevenção à violência sexual”, integrante do Núcleo de Políticas Públicas, Identidades e Trabalho (NUPPIT), da UFRJ, coordenado pela Prof.^a Ludmila Fontenele Cavalcanti.

Paralelamente, a experiência como acadêmica bolsista no Hospital Municipal Miguel Couto (HMMC) também foi decisiva para a escolha da temática, visto que nesta unidade de saúde, principalmente em sua Maternidade, realizei diversos atendimentos a mulheres vítimas de violência, inclusive de violência sexual. Estes atendimentos, por sua vez, constituíram-se como os mais marcantes, devido ao expressivo sofrimento demonstrado pelas usuárias.

Já a motivação sobre a relação entre a temática da violência sexual contra a mulher e a *internet* surgiu a partir da divulgação virtual de imagens de um estupro coletivo envolvendo uma jovem de 16 anos, em uma favela na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2016. A adolescente foi violentada sexualmente por cerca de 30 homens enquanto estava inconsciente, devido ao uso de bebida

alcoólica e outras drogas¹. O caso foi anunciado nas principais mídias jornalísticas do Brasil e do mundo, além de ter tido as mais diversas repercussões nas redes sociais, principalmente no *Facebook* e no *Twitter*.

Além de essas serem as redes sociais com mais usuários no país, foi através de uma delas (do *Twitter*) que o vídeo chegou ao conhecimento público. Dessa forma, deu-se início a intensos debates entre usuários que “condenavam” ou “defendiam” a jovem, a diversas publicações e campanhas por parte dos movimentos feministas, além de dar início a uma longa investigação policial.

Diante do que foi exposto, é que se coloca o estudo intitulado “A violência sexual contra a mulher e as contribuições feministas no mundo *online*”, constituído de três partes: na primeira será feito breve panorama sobre a violência sexual contra a mulher no Brasil, assim como em relação a como o movimento feminista vem tratando a questão. Na segunda serão trabalhadas questões relacionadas à peculiaridade dos movimentos sociais na era da internet, em que a instantaneidade e a replicação da informação são características. Por fim, na terceira, o estudo empírico será apresentado, de forma que seja possível explorar como a violência sexual contra a mulher vem sendo debatida através do movimento feminista na rede social virtual *Facebook*.

O primeiro capítulo foi dividido em três partes: na primeira, discuto sobre todas as formas de violência, entendendo-a como um fenômeno social. Na segunda, discorro teoricamente, desta vez de forma específica, a violência sexual contra a mulher. Por último, na terceira parte, traço um panorama histórico sobre a atuação do movimento feminista em relação ao enfrentamento da violência sexual contra a mulher. Ou seja, partimos sempre de uma discussão geral a fim de que se chegue na específica.

O segundo capítulo também foi dividido em três momentos de discussão: no primeiro, apresento panorama sobre a história da Internet e como ela trouxe diversas consequências à sociedade. Em seguida, no segundo momento, elaboro reflexões sobre a configuração dos movimentos sociais na era da Internet, ao passo que no terceiro momento apresento marcantes atuações do movimento feminista brasileiro através das redes sociais virtuais.

Da mesma forma foi feito o terceiro capítulo: em sua primeira parte, apresento a caracterização do universo empírico da presente pesquisa. Em seguida, discorro sobre os procedimentos metodológicos utilizados, a fim de se chegar à última parte, em que apresento os resultados deste estudo empírico assim como a análise dos mesmos.

A amostragem da presente pesquisa é composta por publicações das páginas do *Facebook* intituladas *Não Me Kahlo*, *Empodere Duas Mulheres* e *Feminismo Sem Demagogia – Original*. O recorte temporal das publicações se deu entre o período de 21 de maio a 21 de agosto de 2016. A escolha pelo início do período estudado deve-se ao fato de este ter sido o dia em que a já referida jovem de 16 anos foi vítima de um estupro coletivo na cidade do Rio de Janeiro. Já a escolha pelo término no dia em que se completaram três meses desde o ocorrido com a jovem, se deu pelo fato de que através de tal período foi possível coletar material suficiente para a análise.

O material foi coletado através da utilização dos descritores “violência sexual” e “estupro” nos campos de “busca” das páginas. Após serem aplicados os

¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html>. Acesso em: 13/09/2016.

critérios de exclusão, chegou-se à amostragem de 97 publicações, que foram posteriormente tabuladas, de acordo com categorias pré-estabelecidas, e analisadas, caracterizando-se como uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo.

1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

1.1 Violência, um fenômeno social

A violência, como todo fenômeno social, comporta complexidade. Por isso, possibilita diversos significados e conceitos. Nossa escolha pela definição apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) deve-se ao fato de ser este um órgão de referência sobre a discussão do tema. Assim, a OMS conceitua a violência como:

(...) o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5)².

Tal conceito, na medida em que associa o uso do poder à violência, inclui a negligência e os abusos físico, sexual e psicológico a este fenômeno. O uso da palavra “poder” permite ampliar o conceito usual de violência para além da utilização da força física, assim incluindo a ameaça e a intimidação, por exemplo, à definição.

Complementar a isso, cabe trazer a reflexão de Minayo (2005), à luz de Arendt (2005):

Arendt (1994), que possui uma das mais vigorosas reflexões sobre o tema, considera a violência *um meio e um instrumento para a conquista do poder*. Mas não a confunde com o poder. Pelo contrário, ressalta que só existe violência quando há incapacidade de argumentação e de convencimento de quem o detém (MINAYO, 2005, p. 16 . Grifo nosso).

A violência, em si, não deve ser considerada uma manifestação do poder. Ela é um meio, utilizado por aqueles que veem sua capacidade de convencimento ameaçada, para conquistá-lo, segundo a autora. Na medida em que o sujeito não alcança seus objetivos em relação ao outro, através da argumentação, ele parte para a violência, na tentativa de utilizar um instrumento diferente que coloque o outro em uma condição inferior. Ou seja, a violência é um recurso para que se estabeleça a imposição de algo a alguém.

Entretanto, entendemos que a violência não é o único meio de conquista de poder. Assim, a assertiva de que a violência só existe em casos de incapacidade de argumentação pode ser questionada, tendo em vista a sua complexidade como fato

² DAHBERLG, L. L.; KRUG E. G. Violência: um problema global de saúde pública. In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002. p. 3-22.

social, tal como nos referimos acima. No caso da violência contra a mulher, por exemplo, o ato violento muitas vezes ocorre sem mesmo haver qualquer tentativa de argumentação. A figura da mulher, assim como suas opiniões e emoções, nem chegam a ser consideradas.

No mesmo sentido, Schraiber, D'Oliveira e Couto (2006) apontam que a violência surge em situações de impasse, em que é difícil lidar com a liberdade do outro, como se esta fosse um obstáculo para si. Da mesma forma afirmam que “confunde-se a realização de direitos com a satisfação de desejos individuais. Nessa equivalência o outro pouco importa, associando-se a liberdade de exercício de direitos à coisificação desse outro, ruptura interativa que fundamenta as violências” (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; COUTO, 2006, p. 113).

Assim, a relação que Arendt (1994 apud MINAYO, 2005) estabelece entre violência e poder, como mostrado anteriormente, muito se articula com um conceito de violência apresentado por Chesnais (1981 apud MINAYO, 2005), que diz respeito à violência moral e simbólica. Segundo o autor, trata-se da violência que expressa a dominação cultural, ofende a dignidade e desrespeita os direitos do outro.

Segundo Escorsim (2014),

A luta pelo poder, a afirmação da autoridade, da superioridade, a vontade de domínio, de posse, seja do corpo, dos bens ou dos conhecimentos do outro e por consequência, dos conflitos estabelecidos nessas relações, podem resultar na sujeição, captura de força de trabalho, talentos e posses ou até no extermínio do outro (ESCORSIM, 2014, p. 237).

Essa realidade pode ser verificada através dos dados do último Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002): todo ano, mais de um milhão de pessoas perdem a vida e muitas outras sofrem lesões não fatais, por causas violentas.

Dessa forma, a OMS aponta que a violência é uma questão de saúde pública, na medida em que afeta a saúde e qualidade de vida da população. O foco do campo da Saúde Pública consiste na prevenção de agravos à saúde e em levar segurança e os cuidados necessários às populações na sua totalidade (OMS, 2002). Além disso, também valoriza a ação coletiva e intersetorial.

Com frequência tem sido comprovado que esforços coletivos provenientes de setores diversos, como saúde, educação, serviço social, justiça e políticas, são necessários para solucionar aquilo que usualmente é considerado um problema unicamente médico. Cada setor desempenha um papel importante na solução do problema, e, coletivamente, as várias abordagens têm o potencial de produzir reduções relevantes da violência (DAHLBERG & KRUG, 2002, p. 1164)³.

³ In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002.

Além de ser objeto de intervenção da saúde pública, a violência constitui-se como uma questão de segurança pública, como aponta Minayo (2005): “os danos, as lesões, os traumas e as mortes causados por acidentes e violências correspondem a altos custos emocionais e sociais e com aparatos de segurança pública” (p. 10). Dessa forma, também se constituiu como objeto de mercantilização, na medida em que a insegurança e o medo coletivo estimulam o desenvolvimento de um mercado de venda de bens e serviços de segurança, como equipamentos eletrônicos para residências e condomínios, blindagem de automóveis e seguros de vida pessoal (ESCORSIM, 2014). Esses insumos, porém, restringem-se a uma camada da população que possui poder aquisitivo que possibilita tal isolamento e (uma tentativa de) proteção do mundo em seu entorno (MINAYO, 2005).

E o Brasil faz parte dessa realidade. De acordo com o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2014 o Brasil teve ao menos 58.497 vítimas de mortes violentas. Entre 1980 e 2000 os homicídios no Brasil tiveram crescimento proporcional de mais de 200% (MINAYO, 2005). Segundo a Organização Mundial da Saúde (2014), o país possui a décima primeira maior taxa de homicídios do mundo, apresentando mais ocorrências do que países como Índia, China e Israel.

O que se percebe é que há questões propriamente étnico-culturais que são determinantes em relação a como as violências se configuram em cada país (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; COUTO, 2006). Assim, pode-se dizer que há uma violência cultural, estrutural e que foi naturalizada no Brasil e em outros territórios. Valores, crenças e práticas, de tal modo repetidas e reproduzidas, acabam se tornando naturalizadas na cultura de um povo, grupo ou sociedade (SOUSA, 2014).

Assim, concordamos com Escorsim (2014) quando afirma que há maior magnitude da violência em países de economia periférica. Mas é importante lembrar que isso se deve à maior precarização das condições materiais nesses territórios. A escassez de políticas públicas de qualidade, por exemplo, constitui-se como fator que influencia diretamente sobre tal indicador social.

A violência assumiu formas e conteúdos diversos em diferentes sociedades e contextos históricos. É um fenômeno que transcende ao tempo e ao espaço geográfico. Acomete diferentes culturas e classes sociais, ainda que seu impacto possa ser sentido com maior vigor nos grupos considerados vulneráveis e em países periféricos ao desenvolvimento capitalista mundial (ESCORSIM, 2014, p. 236).

Significa dizer que o machismo não é exclusividade dos países periféricos. Neste sentido, tratando-se de cultura, é pertinente a reflexão trazida por Gomes (2008). Segundo este autor, a violência é relacionada à masculinidade; e tal relação está impregnada nas mais diversas culturas (inclusive na brasileira), levando problemas ao interior das relações sociais. Para ele, há modelos de masculinidade que são estruturantes da violência, como se esta fosse intrínseca ao “ser homem”.

A masculinidade – situada no âmbito do gênero – representa um conjunto de atributos, valores, funções e condutas a serem seguidos pelo ser homem, variando no tempo e, especificamente, nas classes e nos segmentos sociais. Cada vez mais, vêm se destacando articulações entre masculinidade e violência, com uma inflexão tão acentuada a ponto de a segunda expressão ser entendida como uma pertença à primeira, de uma forma quase que naturalizada. Nesse sentido, o fato de homens expressarem formas de violência poderia ser visto como um pleonasma do exercício da masculinidade. No senso comum, ainda persistem tanto atitudes que **desculpam ou licenciam** comportamentos violentos masculinos quanto àquelas que cobram certo grau de violência nas condutas masculinas para que os atores dessas condutas recebam o atestado de ser homem. Nesse cenário de associação mecânica entre o ser masculino e o ser violento, as relações de gênero podem ser construídas e reproduzidas a partir de uma lógica de que a violência seria a **referência** para se **diferenciar** o homem da mulher (GOMES, 2008, p. 240. Grifo nosso).

Tal análise da violência segundo uma perspectiva de gênero é recomendada pela OMS, o que resulta em dados interessantes e passíveis de reflexão. Segundo Schraiber, D'Oliveira e Couto (2006), baseados no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002), a estimativa mundial de mortes violentas foi de 28,8 por 100 mil habitantes. Do total dessas mortes, 49,1% foram suicídios, 31,3% homicídios e 18,6% resultado de guerras. Países de menor renda representaram 91,1% do total dessas mortes, concentrando os homicídios. Também apresentaram variação por sexo e idade: 77% dos homicídios ocorreram entre os homens, sendo sua taxa três vezes maior que a das mulheres, com maior ocorrência nas faixas etárias de 15 a 29 anos e 30 a 44 anos; além de que 60% dos suicídios também ocorreram entre homens, taxa que aumenta com a idade, sendo na faixa etária de 60 anos e mais, duas vezes maior que a das mulheres.

O retrato disso também pode ser encontrado no estudo de Laurenti (1998) sobre a problemática da saúde do homem, citado por Minayo (2005). Ele demonstra que a desvantagem masculina está presente em relação a quase todas as causas específicas de mortalidade, quando comparada à situação feminina. Sendo assim, porque se fala tanto da violência perpetrada contra mulheres? Cabe aqui, então, registrar nossa discussão sobre violência de gênero.

A expressão “gênero”, segundo Scott (1995, apud GOMES, 2008), passou a ser utilizada pelos movimentos feministas, a partir do século XX, em contraponto ao conceito de “sexo”: enquanto este último leva em consideração as determinações biológicas para que seja diferenciado o feminino do masculino, “gênero” carrega consigo uma perspectiva da totalidade do sujeito. Ele situa o debate “no âmbito da organização social da relação entre os sexos. Nesse sentido, gênero surge historicamente para se referir às diferenças culturais entre os sexos” (GOMES, 2008, p. 238). Além disso, traz uma ideia mais ampliada referente à sexualidade humana, tomando-a como uma dimensão socialmente construída (SCOTT, 1995 apud GOMES, 2005).

Nessa perspectiva, homens e mulheres devem cumprir papéis distintos na sociedade, já que o patriarcado as coloca em posição inferior e subordinada aos homens. O modelo de masculinidade que tem como eixo central a conquista e manutenção do poder, estruturado a partir da ideia de que o masculino é superior ao feminino, pode contribuir para que homens exerçam a dominação sobre as mulheres, tornando-as submissas a eles e as excluindo de processos decisórios sobre sua própria vida e sobre a comunidade (GOMES, 2008).

Nessa ordem social, através de um processo de violência simbólica, as mulheres não só passam a ser pensadas por meio de uma lógica externa a elas, como também são investidas na função de contribuir para perpetuar ou aumentar o poder dos homens (GOMES, 2008, p. 241).

Sendo assim, a diferença entre a violência perpetrada entre indivíduos do mesmo sexo e aquela perpetrada por homens contra mulheres configura-se no fato de que nesta última é estabelecida uma relação de poder desigual entre os sexos (CHAGAS, 2014). Em conformidade com a ideia de Escorsim (2014), a violência de gênero perpetrada por homens contra mulheres constitui-se como uma forma de afirmação da autoridade, da superioridade e de posse desejada pelos homens em relação à vida das mulheres.

Sendo assim, seguindo essa lógica, os homens representam a dominação e o poder, enquanto às mulheres resta a subordinação. Dessa forma, não só as mulheres são alvo da vitimização, mas também os próprios homens podem, sem perceberem, cair nas armadilhas da dominação. “Ao afirmarem a sua virilidade, podem viver sob o jugo da tensão e da contenção, atravessadas pela violência, física ou simbólica” (GOMES, 2008, p. 241).

A violência seja de gênero ou não pode se expressar de diversas formas, havendo diversas tentativas de tipificar as violências. Sobre isso Dahlberg e Krug (2002) propõem fazer uma divisão em três amplas categorias, segundo as características daqueles que cometem o ato violento: violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva.

A violência autodirigida é subdividida em comportamento suicida e agressão auto-infligida. “O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio (...) e suicídios propriamente ditos. A auto-agressão inclui atos como a automutilação” (DAHLBERG & KRUG, 2002, p. 1166).

A violência interpessoal divide-se em duas subcategorias: (1) “violência de família e de parceiros íntimos – isto é, violência principalmente entre membros da família ou entre parceiros íntimos, que ocorre usualmente nos lares” (DAHLBERG & KRUG, 2002, p. 1166). Este primeiro grupo inclui formas de violência tais como abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus-tratos de idosos; (2) “violência na comunidade – violência entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. Geralmente ocorre fora dos lares” (ibidem). Este grupo inclui violência da juventude, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

Já a violência coletiva encontra-se subdividida em violência social, política e econômica.

Diferentemente das outras duas grandes categorias, as subcategorias da violência coletiva sugerem possíveis motivos para a violência cometida por grandes grupos ou por países. A violência coletiva cometida com o fim de realizar um plano específico de ação social inclui, por exemplo, crimes carregados de ódio, praticados por grupos organizados, atos terroristas e violência de hordas. A violência política inclui a guerra e conflitos violentos a ela relacionados, violência do estado e atos semelhantes praticados por grandes grupos. A violência econômica inclui ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico, tais como ataques realizados com o propósito de desintegrar a atividade econômica, impedindo o acesso aos serviços essenciais, ou criando divisão e fragmentação econômica. É certo que os atos praticados por grandes grupos podem ter motivação múltipla (DAHLBERG & KRUG, 2002, p. 1166).

Além dessas classificações, os autores apresentam uma tipificação quanta à natureza dos atos violentos: física, sexual, psicológica e aquela relacionada à privação ou ao abandono. Todos os tipos de violência apresentados anteriormente, com exceção da violência auto-infligida, podem ser constituintes desses atos violentos. Além disso, é importante lembrar que as violências geralmente ocorrem de forma sobreposta às outras, principalmente no caso da violência sexual, em que a força física é muito utilizada pelo agressor.

Tais conceitos e categorias sobre as diversas formas de violência foram apresentados a fim de que agora possamos nos aprofundar na discussão sobre a violência sexual. Este é o tipo de agressão que se diferencia das demais por apresentar um universo de vítimas mulheres extremamente superior em relação aos homens.

Tal fato pode ser demonstrado através do Quadro 1. A fim de trazer exemplos cada vez mais perto de nós, a tabela abaixo apresenta a realidade de violência no estado do Rio de Janeiro⁴.

⁴ Os dados do Rio de Janeiro exemplificam e expressam a realidade vivida ao redor do mundo, como pode ser concluído através de estudo da OMS (2002).

Quadro1: Dados sobre violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro segundo formas de violência (2015)

Formas de violência	Delitos	Total de vítimas	Vítimas Mulheres	% de Vítimas Mulheres
Violência Física	Homicídio Doloso	4.197	360	8,6%
	Tentativa de Homicídio	6.012	642	10,7%
	Lesão Corporal Dolosa	77.379	49.281	63,7%
Violência Sexual	Estupro	4.887	4.128	84,5%
	Tentativa de Estupro	531	484	91,1%
Violência Patrimonial	Dano	5.992	3.033	50,6%
	Violação de Domicílio	3.822	2.599	68,0%
	Supressão de documento	1.044	594	56,9%
Violência Moral	Calúnia/ Difamação/ Injúria	50.373	36.817	73,1%
Violência Psicológica	Ameaça	74.931	48.832	65,2%
	Constrangimento Ilegal	1.090	637	58,4%

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP) com base em dados da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ).

Analisando a tabela acima é possível concluir que os homens constituem a maioria das vítimas de violência, com exceção da violência sexual, em que se pode constatar extrema discrepância em relação aos demais dados: nesta forma de violência, as mulheres representam 84,5% das vítimas de estupro, enquanto 91,1% nos casos de tentativa de estupro. Assim, é possível perceber como a violência sexual contra a mulher é uma das expressões da violência de gênero. As mulheres têm sua dignidade e corpos violados pelo fato de serem mulheres; por serem consideradas como objeto de dominação dos homens (MINAYO, 2008), como será aprofundado a seguir.

1.2A violência sexual contra a mulher no Brasil

Assim como foi feito para abordar amplamente o fenômeno da violência anteriormente, o fenômeno da violência sexual começará a ser tratado a partir dos parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde. Segundo a mesma, a violência sexual configura-se como:

(...) qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejados, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação

com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles (OMS, 2002, p. 147).

Além disso, a violência sexual não se limita à penetração da vulva ou ânus com o pênis, outra arte do corpo ou objeto (OMS, 2002). Sua definição foi ampliada a todos os atos que desrespeitam a dignidade e liberdade sexual do indivíduo. Nessa perspectiva, no Brasil, com a alteração do Código Penal em 2009, além de estupros e tentativas de estupros, atos libidinosos e atentados violentos ao pudor também passaram a configurar crime sexual.

Do ponto de vista jurídico, o ato de violência sexual é considerado ato criminoso e, de acordo com o artigo 214 do Código Penal (Delmanto et al., 2010), é definido como “atentado violento ao pudor: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”, incluindo-se aqui, todo e qualquer crime contra a liberdade sexual” (CHAGAS, 2014, p. 24-25).

A violência sexual contra a mulher gera vítimas cotidianamente, sendo caracterizada pela OMS como problema de saúde pública de escala global. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵, uma a cada três mulheres (dos 86 países com dados disponíveis) já sofreram violência física e/ou sexual em algum momento de suas vidas.

Estima-se que 35% das mulheres, em todo o mundo, sofreram violência física e/ou sexual perpetrada pelo parceiro íntimo ou violência sexual por um indivíduo desconhecido em algum momento de suas vidas⁶. De acordo com este mesmo estudo, na maioria dos países pouco menos de 40% das mulheres vítimas de violência procuraram algum tipo de ajuda.

Além disso, no Brasil, de acordo com o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015), foram registrados, em 2014, 47.643 casos de estupro em todo o país, o que representa um estupro a cada 11 minutos, dado que representa uma redução de 6,7% de registros no país em relação a 2013. Isso, porém, não significa a real diminuição na ocorrência de casos, mas pode apontar a redução no número de denúncias, pois, segundo o mesmo documento, para que tal queda seja confirmada, é necessário maior acúmulo de dados, já que em média apenas 35% dos crimes sexuais são notificados.

⁵*The World's Women 2015, Trends and Statistics. United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2015.*

⁶*Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. World Health Organization, Department of Reproductive Health and Research, London School of Hygiene and Tropical Medicine, South African Medical Research Council, 2013.*

Essa situação de subnotificação se dá pelo fato de serem encontradas dificuldades por parte das vítimas de tornarem o caso público, visto que, no Brasil, “a maior parte das mulheres não registra queixa por constrangimento e humilhação, ou por medo da reação de seus conhecidos e autoridades” (DREZETT, 2003).

Além disso, é também comum que o agressor ameace a mulher de nova violência caso ela revele a que sofreu, até mesmo porque “em mais de 30% dos casos de violência sexual a vítima tinha relação de proximidade com o agressor” (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, p. 17), na maioria das vezes, seu próprio parceiro íntimo. De acordo com Cavalcanti (2007):

A violência sexual contra a mulher é uma forma de relação intersubjetiva, em que ocorrem o controle e a subordinação da sexualidade da mulher, incorporados como constitutivos das regras que **normatizam** a prática sexual (CAVALCANTI, 2007, p.141. Grifo nosso).

Sendo assim, estando sob as “regras” que regem um relacionamento amoroso/conjugal, a mulher deve se subordinar às vontades sexuais de seu parceiro. Segundo estudo de Souza e Adesse (2005), muitos casais “não compreendem a relação sexual forçada pelo parceiro como estupro, mas como algo que faz parte do ato sexual, das obrigações conjugais da mulher”(p. 26). Dessa forma, pode-se imaginar o quão grave é a situação de subnotificações quanto à violência sexual perpetrada por parceiro íntimo. Na verdade, segundo Silva e Oliveira (2015), trata-se da forma de violência mais recorrente. Dessa forma, a violência sexual contra a mulher configura-se como um problema cultural fortemente estruturado na sociedade patriarcal, em que as mulheres têm sua sexualidade controlada sob a dominação masculina (CAVALCANTI, 2007). Complementar a isso, Santos (2014) afirma que:

O sistema patriarcal enquanto instituição é uma constante social que está profundamente enraizada na dominação política, social ou econômica gerando a exclusão e discriminação social da mulher, com a crença do sexo masculino como um ser superior. Nesse sistema as mulheres são vistas apenas como reprodutoras e objetos de satisfação sexual do seu dominador, ou seja, do homem (SANTOS, 2014, p. 22).

Tal dominação exercida sobre as mulheres pode ser percebida em mais alguns dados da ONU: a violência sexual é frequentemente usada como instrumento de guerra em conflitos armados. As mulheres também costumam correr mais risco de violência sexual após catástrofes naturais, como terremotos e enchentes, ou seja, sempre que há distúrbios temporários da ordem social. Pode-se perceber, assim, a

mercantilização da vida das mulheres; como seus corpos são tidos como objetos que atendem aos interesses dos homens nas mais diversas situações.

Assim, os dados apresentados demonstram que a violência sexual é uma das expressões e frutos da violência simbólica na qual nossa sociedade está submersa. Violência esta entendida por Bourdieu (1999) como:

(...) violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p. 7-8. Grifo do autor).

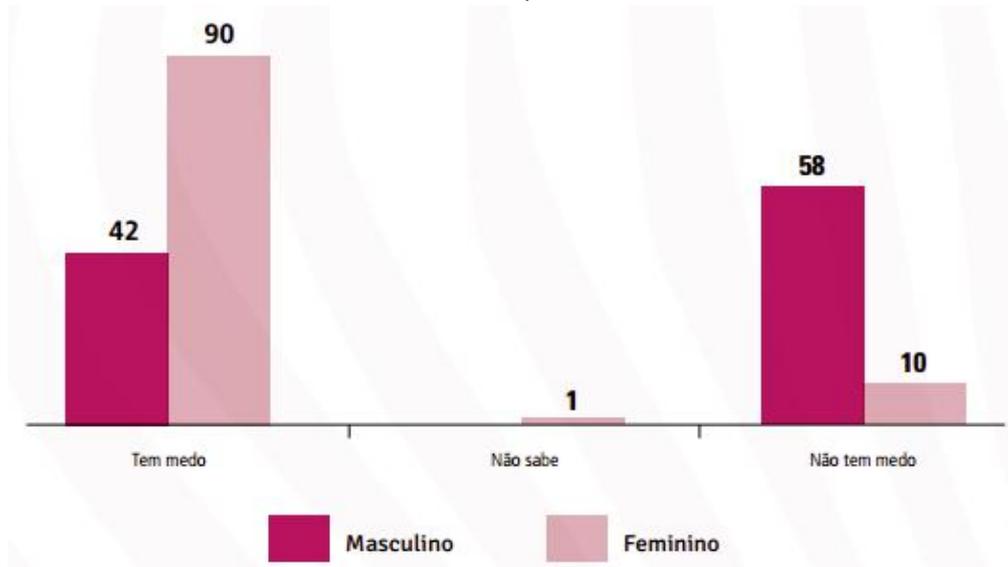
Isso significa que a violência se expressa e é construída de forma silenciosa, na medida em que determinados valores patriarcais são reforçados, intensificando a desigualdade entre as relações de poder entre homens e mulheres. Segundo Gomes (2008), há atitudes que – intencionalmente ou não – fortalecem essa desigualdade e a violência. “Isso ocorre principalmente quando se atribui mecanicamente certas características consideradas como femininas às mulheres e, em contrapartida, as vistas como masculinas aos homens” (GOMES, 2008, p. 238). Um discurso nesse sentido pode ser um instrumento da violência de gênero (e de uma das suas expressões, a violência sexual).

Além disso, a violência sexual se expressa através de outras tantas formas, como por exemplo, através do “exibir” do desempenho masculino, de gestos e atitudes obscenos no trato com as mulheres, assim como através da discriminação da mulher por sua orientação sexual (MINAYO, 2005).

Para Bourdieu (1999), “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção” (p. 22), além de que “o próprio ato sexual é pensado em função do princípio do primado da masculinidade” (p. 33). Sendo assim, “o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro” (p. 37). Desse modo, para Saffioti (2001), a própria dominação simbólica masculina constitui, por si só, uma violência.

Através da violência simbólica representada pelos homens para com as mulheres, é que estas sentem constantemente sentimentos como medo, dúvida e vergonha (MORAES et al, 2016). Tal fato pode ser demonstrado a seguir no Gráfico 1, pois apresenta o medo exponencialmente maior das mulheres de sofrerem agressões sexuais do que os homens.

Gráfico 1: Percentual de respostas à pergunta “Você tem medo de ser vítima de agressão sexual?”, por sexo



Fonte: Datafolha; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Esse medo se justifica por todo o contingente de ameaças e riscos aos quais as mulheres estão expostas. De acordo com o Observatório Nacional sobre Migração e Tráfico de Mulheres e Meninas, o Brasil está entre os quatro países do mundo com maiores índices de vítimas do sexo feminino contrabandeadas com objetivo de exploração sexual (MONTAÑO et al., 2007).

O medo sentido constantemente pela população feminina afeta sua saúde e qualidade de vida: deixam de realizar certas atividades e de freqüentar determinados lugares em certos horários por se sentirem ameaçadas. Essa situação se agrava no Brasil se considerarmos que a população, como um todo, não se sente segura e amparada pelas políticas públicas dos mais diversos setores.

Exatamente por não se sentirem amparadas ou representadas pelo Estado em relação ao trato da violência sexual contra a mulher, é que o movimento feminista começou, em 2013, a realizar campanhas contra a violência sexual através das redes sociais (CARDOSO, 2015). Além do projeto “Chega de Fiu-Fiu” lançado em 2013 pelo *blog Think Olga*, houve campanhas através de *hashtags* a fim de que mulheres denunciasses abusos vividos, expondo suas histórias e encorajando outras mulheres. Essas campanhas uniram mulheres de vários cantos do Brasil e do mundo. Podemos citar, por exemplo, as campanhas através das *hashtags* “#meuprimeiroassédio” e “#meuamigosecreto” usadas principalmente nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*.

De acordo com Cardoso (2015), o projeto “Chega de Fiu-Fiu” constitui-se como uma espécie de mapa colaborativo da violência sexual, em que as pessoas podem registrar casos como assédio e estupro, de modo a criar um mapa da

violência contra a mulher, o que representa uma forma de como os movimentos sociais podem potencializar as ações do Estado.

O sucesso do mapa na Internet ganhou os olhos do poder Executivo, e em novembro de 2014 a Defensoria Pública do Estado de São Paulo firmou uma parceria com o *blog* e lançou uma cartilha informativa, com o objetivo de informar à população sobre como identificar as diferentes formas de violência sexual e como reportá-las às autoridades (CARDOSO, 2015, p. 48).

A contribuição do mundo *online* para a discussão do tema é a continuação de um longo processo de desenvolvimento de mecanismos que surgiram para aprimorar o enfrentamento à violência sexual contra a mulher. A discussão de tal tipo de violência, assim como da violência de gênero em geral, surgiu no Brasil no final da década de 1970, trazida a público e politizada pelo movimento feminista (GOMES; MINAYO; SILVA, 2005).

Uma das conquistas dos grupos de militância dessa causa foi a criação de serviços como das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs), as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometidas por parceiros, ex-parceiros e companheiros (GOMES; MINAYO; SILVA, 2005, p. 130).

Exatamente por sua incontestável importância sobre as mudanças do trato das questões da violência sexual contra a mulher, que será trazida a seguir o impacto do movimento feminista sobre a questão.

1.3O lugar do feminismo e das políticas públicas no enfrentamento da violência sexual contra a mulher no Brasil

Para que compreendamos o feminismo na sociedade moderna e de que forma o mesmo contribuiu para a questão da prevenção à violência sexual contra a mulher, é preciso traçar uma linha temporal dos caminhos que foram seguidos até aqui. Dessa forma, apresentarei a seguir um breve histórico sobre o movimento feminista no mundo e particularmente no Brasil.

O movimento feminista nunca foi um fenômeno constituído por visões e lutas homogêneas. A chamada “primeira onda do feminismo”, que teve início no final do

século XIX⁷ e se estendeu pelas três primeiras décadas do século XX, teve como principal reivindicação a igualdade entre homens e mulheres, principalmente no que dizia respeito ao sufrágio universal (CARDOSO, 2015).

Essa perspectiva não travou um debate segundo uma perspectiva racial e de classe (já que nesta fase o movimento feminista era formado majoritariamente por mulheres brancas e de classe média). Desse modo, em termos de representatividade, “a primeira onda feminista serviu a propósitos mais universais e que pouco ecoavam nas necessidades de outras dissidências de mulheres, ponto esse que voltaria a ser debatido na segunda onda feminista” (CARDOSO, 2015, p. 39).

A “segunda onda do feminismo”, que teve seu auge durante as décadas de 1960 e 1970, “é comumente retratada pelo movimento contra o desfile de Miss América de 1969, que resultou nas icônicas imagens de mulheres queimando sutiãs e atirando sapatos de salto alto nas ruas de Atlantic City, nos EUA” (CARDOSO, 2015, p. 39). Tratava-se de uma vertente que ia para além do sufrágio universal, na medida em que defendia o direito à educação e se discutia a dominação masculina, abordando temas delicados para a época, como a sexualidade e o divórcio (OTTO, 2003).

Além disso, a “segunda onda”, diferentemente da primeira, contou com a participação de movimentos compostos por homossexuais e negros.

A nova pluralidade de perspectivas da segunda onda era, em partes, eco da famosa obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1970, originalmente publicada em 1949), que ganhou o mundo a partir do impactante conceito de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (CARDOSO, 2015, p. 40).

A contribuição de Beauvoir para este movimento deu-se no sentido de questionar sobre o que é ser mulher nesta sociedade patriarcal. Dessa forma, reuniu grupos oprimidos (como aqueles constituídos por homossexuais e negros) em um movimento de empoderamento na medida em que questionava os moldes impostos pela sociedade sobre o papel da mulher na mesma.

Além disso, a segunda onda também foi marcada pela luta pela liberdade sexual e reprodutiva das mulheres.

Em 17 de abril de 1971, feministas radicais de Nova Iorque organizaram uma convenção para discutir a questão do estupro contra a mulher, na qual foram compartilhadas ideias de políticas de prevenção, estratégias e auto-defesa e discussões a respeito de questões psicológicas em relação à vítima (CARDOSO, 2015, p. 40).

⁷Vale lembrar que ainda que houvesse movimentos de mulheres antecedentes a esta época, sobretudo no Reino Unido, a história feminista favorece os movimentos iniciados nos EUA como mais impactantes (CARDOSO, 2015).

Já a década de 1980 marcou o início da chamada “terceira onda” e sua grande virada histórica foi marcada pela desconstrução mais profunda das questões relacionadas ao gênero social. O debate, assim, estabeleceu interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER,1990 apud CARDOSO, 2015). Além de continuar desenvolvendo o acúmulo das ondas feministas anteriores, a terceira onda trouxe a pluralidade para o âmbito do debate da vida das mulheres.

No Brasil, os movimentos feministas ocorrem em simultaneidade com o contexto mundial das três ondas que foram apresentadas. Sendo assim, Cardoso (2015) aponta que as mulheres conquistaram o direito de voto em 1932, tendo sido constitucionalizado em 1934; a luta pelo sufrágio das brasileiras, entretanto, esteve presente desde 1910, quando foi criado o Partido Republicano Feminino.

Porém, após o direito ao voto ter sido conquistado, os movimentos se dispersaram, tendência que foi agravada com a instauração da ditadura militar brasileira em 1964. “Os reflexos da segunda onda feminista chegariam ao Brasil nos anos 1970 para realimentar os desejos de mudança” (CARDOSO, 2015, p. 44). Entretanto, devido à repressão instaurada pelo golpe militar aos ideais feministas, foi somente na década de 1980, após a redemocratização, que o processo de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres ocorreria.

Deve-se lembrar que o histórico e trágico caso de Maria da Penha Maia Fernandes ocorreu em 1983. Sua dupla tentativa de homicídio por parte de seu então marido, Marco Antonio Heredia Viveiros, configurou-se como decisório para que a luta contra a violência contra a mulher se desenvolvesse através das políticas públicas no Brasil⁸.

Assim, em 1985, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Ele agiu em consonância com as demandas feministas e na mesma época foram criadas as Delegacias da Mulher (DIAS, 2011 apud CARDOSO, 2015). A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi criada somente em 2003, sendo esta responsável por agir em “(a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade” (SPM, 2012).

Importante marco também foi a divulgação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004. A noção de enfrentamento que vem sendo adotada nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres compreende as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres. O enfrentamento nessa perspectiva requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros).

No entanto, a Lei Maria da Penha, marco histórico na legislação brasileira em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher (ESCORSIM, 2014) foi

⁸ Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>. Acesso em: 10/12/2016.

promulgada somente em 2006, após denúncia à Organização dos Estados Americanos (OEA), o que revela significativa inconsistência na luta política pelos direitos das mulheres (CARDOSO, 2015). Segundo Escorsim (2014):

A Lei respondeu à histórica condição de opressão, subjugação e violência contra a mulher, resultado de uma cultura conservadora fundamentada em padrões androcêntricos, patriarcais e sexistas que reafirmava a desigualdade e naturalizava a discriminação e a violência como construções sócio-culturais, nas quais a intolerância, o desrespeito e a impunidade tinham lugar preservado no contexto das relações intrafamiliares (ESCORSIM, 2014, p. 238).

Apesar desses avanços, importantes e extremamente necessários, “o Brasil (não diferente do contexto mundial) ainda se revela um lugar difícil para ser mulher” (CARDOSO, 2015, p. 46). Assim como ocorre com a maioria dos setores básicos de prestação de serviços à população (saúde, educação e assistência social, por exemplo), o Estado compromete-se com o mínimo necessário no âmbito da assistência às mulheres.

Em contrapartida, apesar de também apresentarem problemas, é inegável que os movimentos feministas avançaram de forma expressiva na disseminação das informações e das discussões sobre a violência sexual e tantas outras formas de violência contra a mulher. Estão assumindo novos espaços e ganhando novos ambientes de representatividade e empoderamento (CARDOSO, 2015). Esses novos espaços encontram-se no universo virtual, principalmente nas redes sociais virtuais, conforme abordarei a seguir, no próximo capítulo.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET

2.1 Um novo mundo

Segundo Carvalho (2006), a origem da *Internet* pode ser identificada após a Segunda Guerra Mundial, com o advento da Guerra Fria, em um contexto de competição bélica e tecnológica pelo poder por parte das nações envolvidas (EUA e URSS)⁹. Tal período apresentou ao mundo os computadores como ferramentas de comunicação e controle de informações.

A *Internet* é fruto da *Arpanet*, “uma rede de computadores montada pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) em setembro de 1969” (CASTELLS, 2003, p. 13), tendo sido a ARPA formada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com a missão de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à URSS (em face do lançamento do *Sputnik*¹⁰ em 1957).

A *Arpanet* nasceu como um pequeno programa de computadores criado por um dos departamentos da ARPA. O objetivo dos grupos de pesquisa envolvidos era montar uma rede interativa de computadores, a fim de que informações fossem compartilhadas em tempo *online*. Tal objetivo foi alcançado, e o passo seguinte seria possibilitar a conexão da *Arpanet* com outras redes de computadores, o que formaria “uma rede de redes”, em 1973 (CASTELLS, 2003, p. 14).

No início dos anos de 1980, a *Arpanet* ainda era “uma rede que interligava somente algumas universidades que tinham contratos com a ARPA” (CARVALHO, 2006, p. 28).

No início de 1979, um grupo de seis universidades norte-americanas começou a se organizar para criar uma rede acadêmica que pudesse atender aos seus departamentos de ciência da computação, nos quais estavam os pesquisadores mais interessados no uso de redes de computadores (CARVALHO, 2006, p. 28).

No ano de 1990,

A *Arpanet*, já tecnologicamente obsoleta, foi retirada de operação. Dali em diante, tendo libertado a *Internet* de seu ambiente militar, o governo dos EUA confiou sua administração à *National Science Foundation* (NSF). Mas o controle da NSF sobre a *Net* durou pouco. Com a tecnologia de redes de computação no domínio público, e as telecomunicações plenamente desreguladas, a NSF tratou logo de encaminhar a privatização da *Internet* (CASTELL, 2003, p. 15).

⁹Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como era chamada o que é hoje a Federação Russa.

¹⁰ Primeiro satélite artificial da História a ser lançado para o espaço exterior à Terra.

Tendo sido a *Arpanet* desmantelada, a NSF a rebatizou de NSFNET, que se popularizou, em todo o mundo, com a denominação de *Internet* (ALMEIDA, 2005).

Em relação ao Brasil, até meados de 1950, o país vivia “uma fase embrionária das telecomunicações, quando uma série de ações, de diferentes governos federais, deram início ao desenvolvimento desse setor” (CARVALHO, 2006, p. 51). Com o golpe militar instaurado no país em 1964, os militares se empenharam para que o Brasil dispusesse de uma infra-estrutura moderna de telecomunicações, necessária à segurança e ao desenvolvimento da “integração nacional” (CARVALHO, 2006). Vale dizer que até então o setor de telecomunicações era dominado por empresas privadas, sendo extremamente fragmentado e de baixa qualidade.

No início da década de 1970, no Brasil,

(...) os principais discursos de suporte à implantação das redes de comunicação de dados relacionavam-se à competitividade da indústria nacional e às finalidades de ordem estratégico-militar. A indústria nacional alcançaria um maior desenvolvimento tecnológico se estivesse em sintonia com o que estava acontecendo nos países centrais, e as questões geopolíticas decorrentes das redes de comunicações eram estratégicas para a autonomia e a segurança nacionais (BENAKOUCHE, 1997, p. 126). Assim como acontecera com a telefonia, a comunicação de dados também seria assunto de Estado, ainda que este não soubesse direito que órgão cuidaria do assunto (CARVALHO, 2006, p. 54).

Assim como ocorrido no cenário internacional, no Brasil os setores de telecomunicações e de informática também se aproximaram progressivamente. Foi na metade da década de 1980, após o fim da ditadura militar, que a informática deixou de ser uma questão do Conselho de Segurança Nacional (CSN) passando ao recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), segundo Carvalho (2006).

Já em relação à *Internet*, ela teve seu início, no Brasil, em 1988, quando o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), no Rio de Janeiro, conseguiu se conectar aos computadores da Universidade de Maryland, nos EUA. Segundo Müller (2008), as conexões inicialmente foram feitas em setor acadêmico e já na primeira metade da década de 1990 foi destinada a usuários domésticos e empresas.

Em meados de 1994, a *Internet* ultrapassou as fronteiras acadêmicas e começou a ser assunto de interesse de muitos brasileiros. Neste mesmo ano, o jornal Folha de S. Paulo dedicou uma de suas edições à “superinfovia do futuro”. E anunciava: “nasce uma nova forma de comunicação que ligará por computador milhões de pessoas em escala planetária” (MÜLLER, 2008).

Entretanto,

(...) o grande boom da rede aconteceu ao longo do ano de 1996. Um pouco pela melhoria nos serviços prestados pela Embratel, mas principalmente pelo crescimento natural do mercado, a Internet brasileira crescia

vertiginosamente, tanto em número de usuários quanto de provedores e de serviços prestados através da rede (MÜLLER, 2008).

Sendo assim, foi a partir da década de 1990 que a *Internet* começou a ser utilizada no Brasil da forma mais semelhante como é utilizada hoje, no século XXI. Segundo Farias e Gomes (2015)¹¹, “a chamada revolução informacional se intensificou nos anos 1990 com a propagação da internet, permitindo o rompimento de barreiras geográficas e facilitando a livre circulação de informação e conhecimento”. Mas foi a partir de 2000 que o serviço se popularizou no Brasil, sendo a aquisição de computadores crescente no país a partir de 2004, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, segundo Daquino (2012), a partir dos anos 2000, com a popularização da *Internet*, outro tipo de serviço de comunicação e entretenimento começou a ganhar força no Brasil e no mundo: as redes sociais. Em 1994 foi lançado o serviço *Geocities*, criado para que pessoas pudessem gerar suas próprias páginas na *web*, sendo categorizadas de acordo com sua localização (DAQUINO, 2012). Acredita-se que esse tenha sido o primeiro serviço de redes sociais tal qual é conhecido nos anos 2000. Entretanto, segundo o mesmo autor, o ano que pode ser considerado o “ano das redes sociais” foi 2004, em que foram criadas as redes *Flickr*, *Orkut* e *Facebook*, verdadeiras “máquinas de dinheiro” (DAQUINO, 2012).

Apesar de ter sido criado em 2004, dentro do campus da Universidade de Harvard, o Facebook só chegou à grande massa de usuários no ano de 2006. De lá para cá, a rede social é sinônimo de sucesso e crescimento (...), superando a incrível marca de 908 milhões de pessoas cadastradas. Hoje, a marca está avaliada em US\$ 104 bilhões (DAQUINO, 2012).

De acordo com Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997), quando uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas e organizações, isso é uma rede social. E elas são mais comumente expressas através de *sites*, como os já citados. Tais *sites* foram criados com o objetivo de permitir a seus usuários troca de mensagens, compartilhamento de textos, fotos e vídeos, por exemplo. Mas o que não se esperava era que as redes sociais ganhassem outra função: serem espaços fundamentais para os movimentos sociais na era da *Internet*.

2.2 Redes de informação e empoderamento

Como pôde ser observado no tópico anterior, os Estados nacionais foram grandes incentivadores do desenvolvimento da *Internet*. Contudo, não contavam que

¹¹ Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/virtual-e-urbano-espaco-e-esfera-publica-em-contexto-digital/>. Acesso em: 02/11/2016.

com ela surgissem as redes sociais e uma vasta rede de contestação à ordem vigente.

Segundo Castells (2013), as redes sociais são espaços de autonomia, que vão muito além do controle de governos e empresas, que, “ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder” (CASTELLS, 2013, p. 10). Sendo assim, “compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais” (CASTELLS, 2013, p. 10).

Cabe ressaltar, porém, assim como é lembrado por Farias e Gomes (2015), que poucos são os consensos sobre as implicações do uso da *Internet* para a sociedade.

Duas vertentes teóricas polarizaram desde o início o debate. Os apologistas, como o filósofo francês Pierre Lévy e o sociólogo espanhol Manuel Castells, percebem a internet como um veículo libertário. Enquanto isso, os críticos, representados principalmente pelo sociólogo francês Jean Baudrillard e pelo arquiteto, urbanista e filósofo francês Paul Virilio, a veem “como um veículo de destruição do espaço público e de controle dos cidadãos pelo estado e pelas empresas” (FARIAS; GOMES, 2015. SORJ, 2003, p. 57 apud FARIAS; GOMES, 2015).

Diante disso, escolheu-se trabalhar com a concepção de Castells. Não necessariamente concordando com tudo o que o autor produziu, mas acreditando que a *Internet* realmente é um meio libertário para a disseminação de informação, conhecimento e contestação; além de que se trata de um clássico que discute o mundo *online* e os movimentos sociais através do mesmo.

Assim, retomando os conceitos de redes sociais, é pertinente também apresentar a questão trazida por Recuero (2014). Elas também podem ser definidas como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Os primeiros tratam-se “das pessoas envolvidas na rede que se analisa. Como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais” (RECUERO, 2014, p. 25). A autora afirma que, através das redes sociais, os atores constroem sua identidade e se apropriam do ciberespaço. Um perfil pessoal no Facebook, por exemplo, funciona como um espaço privado e ao mesmo tempo público.

As conexões, em termos gerais, são constituídas por laços sociais, que por sua vez, “são formados através da interação social entre os atores” (RECUERO, 2014, p. 30).

Segundo a mesma autora,

O advento da Internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa (...) é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de

comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros (RECUERO, 2014, p. 24).

Essas interações, através das redes sociais na *Internet*, “apresentam comportamentos emergentes com frequência, como a propagação de *memes*¹², a adaptação e a auto-organização” (RECUERO, 2014, p. 90), envolvendo o aparecimento de padrões de comportamento em larga escala. “Dentro desta esfera, o aparecimento da ordem em sistemas caóticos, a autoorganização e a adaptação dos sistemas, são considerados comportamentos emergentes” (p. 90).

A compreensão de Castells (2013) sobre as redes sociais na *Internet* nos parece fundamental: são, ao mesmo tempo, meio de comunicação de massa e autocomunicação.

É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada (CASTELLS, 2013, p. 15).

Na medida em que afirma que se trata de uma autocomunicação de massa, Castells (2013) disserta também sobre as redes sociais fornecerem “a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade” (p. 15). Entretanto, essa afirmação nos parece ter um caráter indevidamente definitivo, já que existem outros fatores que influenciam sobre a construção da autonomia dos sujeitos.

É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos ou as redes com fonte aberta). (...) As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder (p. 15-16).

A autonomia dos cidadãos e seu empoderamento através da construção de redes de contestação a determinadas instituições, faz com que governos e empresas tenham medo da *Internet* e, principalmente, de suas redes sociais.

¹² “(...) uma forma de expressão típica das redes sociais virtuais que se vale de recursos audiovisuais para reproduzir uma situação jocosa em diversos contextos” (CARDOSO, 2015, p. 51).

Na medida em que a comunicação entre os atores sociais se dá de forma horizontal na Internet, “os movimentos sociais podem se organizar de maneira relativamente igualitária, não necessitando de uma liderança declarada que tome as decisões em nome do grupo, como normalmente ocorre em movimentos *offline*” (CARDOSO, 2015, p. 47).

Essa organização descentralizada “maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral” (CASTELLS, 2013, p. 164).

Os movimentos sociais são responsáveis, ainda, por fomentar as mudanças sociais ao longo da história da humanidade. Em geral, “movimentos sociais nascem de uma desconfiança institucional aliada a uma necessidade de mudança da realidade social de determinado grupo que se identifica em uma unidade por conta de suas reivindicações semelhantes” (CARDOSO, 2015, p. 46). Com a amplificação dos meios de comunicação e a reestruturação das interações sociais virtualmente, os movimentos sociais tomaram novas formas.

De acordo com Recuero (2014), tais formas começaram a se manifestar em 2008, ano em que diversos fenômenos adquiriram destaque no mundo conectado.

O primeiro [fenômeno] aconteceu nos Estados Unidos. Utilizando vídeos, blogs e sites de redes sociais, pela primeira vez, o mundo acompanhou de perto a campanha presidencial entre os candidatos Barack Obama e John McCain e os efeitos da internet nela. Através do Twitter, por exemplo, era possível acompanhar o que os usuários comentavam da campanha (p. 16).

A instantaneidade da chegada de novas informações, assim como a rapidez e a quantidade de manifestações de usuários em relação ao fenômeno em tempo real, revelou o início de uma nova era: nunca antes na história da humanidade o homem teve tanto acesso à informação e tantos meios para expor seus pontos de vista publicamente.

Já o segundo fenômeno apontado por Recuero (2014) diz respeito a uma série de fortes chuvas que geraram uma das maiores catástrofes naturais vivida pelo estado de Santa Catarina, no Brasil. “Em alguns dias, o estado viu-se diante do caos: rios transbordaram e inundaram grandes áreas, isolando cidades inteiras; deslizamentos soterraram estradas, casas e pessoas” (p. 16). Durante esses acontecimentos, porém, uma série de blogs e ferramentas de redes sociais, como o *Twitter*, foram utilizados para informar o restante do país sobre o ocorrido, além de terem mobilizado e protagonizado campanhas de apoio ao estado; o que pôde ser desempenhado pelos atores sociais desses espaços.

Mas o que esses dois fenômenos (um estadunidense e um brasileiro) têm em comum? Segundo Recuero (2014), o fato de que foram utilizadas redes que não conectam apenas computadores, mas também e, principalmente, pessoas. Dessa forma, é possível notar que a era dos movimentos sociais na *Internet* é marcada por manifestações que se espalham por “contágio”, num mundo ligado pelas redes sem

fiu e caracterizado pela difusão rápida e viral¹³ de imagens e ideias (CASTELLS, 2013).

Há também outros exemplos marcantes dessa realidade no Brasil: as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e as Eleições presidenciais de 2014. No primeiro caso, o fenômeno foi marcado por um verdadeiro *boom* de manifestações que ocuparam as ruas das principais capitais brasileiras, após o aumento da passagem de ônibus no início do ano de 2013.

Isso pode ser explicado por Cardoso (2015), quando afirma que:

Em geral, movimentos sociais nascem de uma desconfiança institucional aliada a uma necessidade de mudança da realidade social de determinado grupo que se identifica em uma unidade por conta de suas reivindicações semelhantes. Essa conjuntura leva as pessoas a tentarem buscar a mudança por meios distantes daqueles normatizados em sua sociedade. Há, no entanto, um obstáculo importante a ser vencido, que é o medo da repressão institucional à ação contra-hegemônica. Para Castells (2013), esse obstáculo é geralmente vencido por um evento, um estopim, que causa a grande comoção geratriz dos movimentos sociais (CARDOSO, 2015, p. 46).

Sendo assim, o aumento da passagem de ônibus em janeiro de 2013 teria sido o estopim para que cidadãos insatisfeitos fossem às ruas, no Brasil. Já em relação às Eleições brasileiras de 2014, em que foram para o segundo turno os então candidatos à presidência Dilma Rousseff e Aécio Neves, houve nas redes sociais, principalmente no *Facebook* e no *Twitter*, uma espécie de “tiroteio eleitoral” (CASTRO, 2014). Isso porque, através de perfis pessoais ou páginas públicas, os eleitores debatiam sobre os candidatos e o futuro do país.

Farias e Gomes (2015), a respeito desse tipo de contexto, trazem uma pertinente discussão:

Impulsionada basicamente por crises econômicas, altos índices de criminalidade e violência urbana, pela desconfiança na ação política tradicional e principalmente pelo lazer proporcionado pela nova onda tecnológica, a assim chamada “nova cultura *indoors*” se definia pela comunicação online, pela permanência dos “cidadãos” em casa e pela rejeição da circulação e uso político das ruas (FARIAS; GOMES, 2015).

Dessa forma, parece-nos que os movimentos sociais na Internet se configuram de duas principais maneiras, através das redes sociais: ora estas são espaço de organização para movimentos “*offline*”, ora representam o próprio espaço em que se faz o protesto.

¹³ “Viral é um termo que surgiu junto com o crescimento do número de usuários de blogs e redes sociais na internet. A palavra é utilizada para designar os conteúdos que acabam sendo divulgados por muitas pessoas e ganham repercussão (muitas vezes inesperada) na web” (MATSUKI, 2012). Disponível em <http://www.ebc.com.br/tecnologia/2012/11/o-que-e-viral>. Acesso em 02/11/2016.

Nas Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, a maioria das passeatas que ocuparam as ruas das capitais do Brasil foi organizada através da ferramenta de “eventos”¹⁴ do *Facebook*; o que mostra o papel fundamental deste para o desenvolvimento dos movimentos sociais, alcançando cada vez mais um maior número de pessoas.

Sobre isso, Cardoso (2015) aponta que

Ainda que a plataforma virtual forneça todos os recursos necessários para que os movimentos sociais se criem e se mantenham, ainda é necessário que eles existam no plano físico para que se legitimem. A transição constante entre espaço virtual e urbano, para Castells (2013), é o que confere autonomia aos movimentos sociais, uma vez que as redes sociais da Internet se tornam o espaço organizacional das atitudes a serem tomadas nos locais das manifestações. Além disso, a plataforma virtual é a conexão dos movimentos entre si, transportando os espaços de resistência locais para contextos globais (CARDOSO, 2015, p. 47).

Assim, a conexão do virtual com o real, e vice-versa, representa o quão exponencial é a disseminação de informações e ideias no século XXI.

2.3 Feminismos em rede

De acordo com Malaquias (2016)¹⁵, o chamado ciberfeminismo é um fenômeno que “vem sendo discutido desde os anos 80, e o que vemos hoje é uma nova prática dele”, caracterizado pelo uso das tecnologias de rede para a modificação da realidade político-social das mulheres (HARAWAY, 1985 apud MALAQUIAS, 2016). Baseada em Lemos (2009), a autora afirma que o fenômeno se originou nas redes eletrônicas universitárias anteriores ao *World Wide Web* (WWW), como as citadas no tópico 2.1.

Podemos afirmar que a responsável pela origem do termo “ciberfeminismo” foi (...) [a] bióloga, filósofa e escritora Donna Haraway, [através de seu artigo] Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX, publicado originalmente na *Socialist Review*, em 1985 (MALAQUIAS, 2016).

Desde então, é crescente a propagação de ideologias de cunho feminista nas redes sociais, sobretudo no *Facebook* (CARDOSO, 2015).

¹⁴ “(...) dispositivo para organização de qualquer tipo de encontro, virtual ou real, entre usuários do *Facebook*; originalmente, o aparato servia ao propósito de organizar eventos como festas e outros tipos de reuniões sociais, porém seu uso para fins de organização de movimentos sociais tem crescido exponencialmente” (CARDOSO, 2015, p. 50).

¹⁵ Disponível em: <http://www.naomekahlo.com/single-post/2016/08/01/O-que-%C3%A9-o-Ciberfeminismo-Da-origem-por-Donna-Haraway-%C3%A0s-pr%C3%A1ticas-atuais>. Acesso em: 24/11/2016

A facilidade da criação de páginas, bem como a sua divulgação por meio de “curtidas” e compartilhamentos, permitiu que muitas publicações a respeito de questões como a violência sexual, o aborto e o feminicídio ganhassem a esfera social e fossem debatidas entre milhares de usuários pela Internet (CARDOSO, 2015, p. 48).

Páginas como *Feminismo Sem Demagogia – Original*¹⁶, *Empodere Duas Mulheres*¹⁷ e *Não Me Kahlo*¹⁸ são algumas referências que possuem mais de um milhão de seguidores cada. Através delas são proporcionados debates sobre pautas relacionadas a gênero social, segundo perspectivas de feminismos diversos. Além de divulgar notícias, críticas e ponderações nas esferas políticas, econômicas e sociais (CARDOSO, 2015).

Além disso, vale ressaltar que se acredita que muitas das páginas, assim como *blogs* e revistas virtuais (como, por exemplo, a revista mensal virtual *AzMiná*¹⁹), foram criados como meios de comunicação e veiculação de informação alternativos àqueles de posse da grande mídia.

No entanto, paralelamente, cresceram também as resistências às ideologias feministas. Foram criadas páginas em contraposição ao feminismo, como *Moça, não sou obrigada a ser feminista*²⁰ e *Garota Reaça*²¹.

Essas resistências, ainda que numerosas e influentes, já que propagam discursos hegemônicos com endosso político-social, não apagam a relevância das iniciativas pelo empoderamento feminino; pelo contrário, reforçam a necessidade das ações e manifestações sociais pela defesa dos direitos da mulher, como é o caso do protesto *Eu Não Mereço Ser Estuprada* (CARDOSO, 2015, p. 49-50).

O protesto *Eu Não Mereço Ser Estuprada* foi um movimento social ocorrido principalmente nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*, como resposta à publicação, em março de 2014, do resultado de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa tratava sobre a percepção dos brasileiros a respeito da violência contra a mulher, principalmente a sexual.

Entretanto, o resultado que alavancou as manifestações dizia respeito à concordância parcial ou total de 65,1% dos entrevistados com a afirmativa “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Essa porcentagem elevada “chocou a população, e diversos movimentos sociais e até pessoas desvinculadas de alianças de cunho feminista se manifestaram a respeito do

¹⁶ <https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/?fref=ts>. Acesso em 06/11/2016.

¹⁷ <https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/?fref=ts>. Acesso em 06/11/2016.

¹⁸ <https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>. Acesso em 06/11/2016.

¹⁹ <http://azmina.com.br/>. Acesso em 05/11/2016.

²⁰ <https://www.facebook.com/forafeminismo6/?fref=ts>. Acesso em 06/11/2016.

²¹ <https://www.facebook.com/agarotareaca/?fref=ts>. Acesso em 06/11/2016

assunto, demonstrando vários níveis de rejeição à suposta opinião pública” (CARDOSO, 2015, p. 50).

No entanto, o grande marco do protesto ocorreu na forma de um evento no *Facebook* de nome “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, organizado pela jornalista Nana Queiroz. O evento “chamava mulheres a se manifestarem contra o resultado da pesquisa, demonstrando sua insatisfação com a realidade social de opressão às mulheres” (p. 50). Tal manifestação contra os resultados da pesquisa ocorreu na forma de publicações de auto-retratos (“*selfies*”) de mulheres segurando placas com os dizeres “Eu não mereço ser estuprada”. Era opcional, mas incentivado, que as mulheres estivessem seminuas nas fotos, a fim de causar maior impacto na manifestação (CARDOSO, 2015).

Em poucas horas, o evento tomou escalas internacionais, recebendo apoio e atenção de mulheres em países como México e Estados Unidos. Portais eletrônicos de notícias como UOL e R7 publicaram a respeito das manifestações, que também foram foco de uma matéria no programa *Fantástico*, da *Rede Globo*, e inclusive ganhou respaldo da presidenta Dilma Rousseff (CARDOSO, 2015, p. 51).

Além disso, como sempre se espera, houve também discursos contrários ao protesto, sendo feitas alegações de que em alguns casos as mulheres se comportam de forma a contribuir (“dar chance”) para o estupro. Entretanto,

Com a errata publicada pelo IPEA no dia 4 de abril de 2014, alegando que a porcentagem de 65,1% se referia a uma outra questão (a de que mulheres que sofrem violência doméstica, porém não se separam de seus cônjuges, gostam de sofrer a violência), e que a proporção correta de respondentes concordantes em relação ao suposto merecimento do ataque à mulher era de 26%, o movimento perdeu sua força, uma vez que sofreu questionamentos ainda mais severos – tanto em relação à confiabilidade dos resultados quanto à relevância do movimento (p. 51).

Assim, ainda segundo informações levantadas por Cardoso (2015), *blogs* de mulheres que se consideram antifeministas acusaram o Ipea de manipular as pesquisas em favor das feministas, afirmando que a pesquisa se configurou como um “terrorismo psicológico”. De maneira ainda mais agressiva, a idealizadora do movimento (Nana Queiroz) recebeu ameaças de estupro por sua iniciativa. Por conta da massiva quantidade de ameaças recebidas na página evento do protesto, esta foi excluída, dando lugar a uma página gerenciável, ainda na rede social *Facebook*, “para que as representantes do protesto pudessem lidar mais facilmente com possíveis atentados às participantes do evento (dentre as quais se incluíam vítimas de violência sexual)” (p. 51).

Além de o movimento ter tido continuidade nas redes virtuais, também ganhou manifestações físicas em algumas cidades e universidades brasileiras, reafirmando sua posição enquanto movimento em busca de mudança social.

Nas redes sociais, há várias páginas remetentes ao protesto, inclusive a página “Ninguém Merece Ser Estuprada”, resultante direta do movimento liderado por Nana Queiroz. Na descrição do protesto, as manifestantes afirmam que o protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada” não é um movimento por si só, e sim uma reunião de diversos movimentos sociais feministas em busca do fim das violências contra a mulher (p. 52).

No entanto, segundo a mesma autora, com base em Castells (2013) sobre o fato de os movimentos sociais serem instrumentos de mudança social, originados de ações coletivas distantes dos meios institucionais com o objetivo de alcançar autonomia social, ela considera esse protesto “um movimento social em si mesmo”.

Dessa forma, pode-se observar que o protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada utilizou as redes sociais como lócus do próprio movimento e também como espaço para a organização de manifestações “físicas”.

O movimento feminista também contou com outras campanhas nas redes sociais a fim de denunciar ainda mais a violência sexual contra a mulher. Em outubro de 2015 houve a disseminação de uma campanha que viralizou na *web*, através do uso da *hashtag*²² #meuprimeiroassédio. A proposta era de que mulheres e homens registrassem o primeiro contato com uma situação de assédio sexual, de modo a criar a conscientização do quão naturalizada é a prática do assédio e a cultura de estupro (CARDOSO, 2015). O estopim para este movimento foi a propagação de comentários pedófilos a respeito de uma das participantes, de 12 anos de idade, da edição infantil do programa *MasterChef* Brasil. “A parte boa dessa história é que a mesma Internet palco de assédio é também meio para que as mulheres se organizem e se expressem, coletivamente” (ROSSI, 2015).

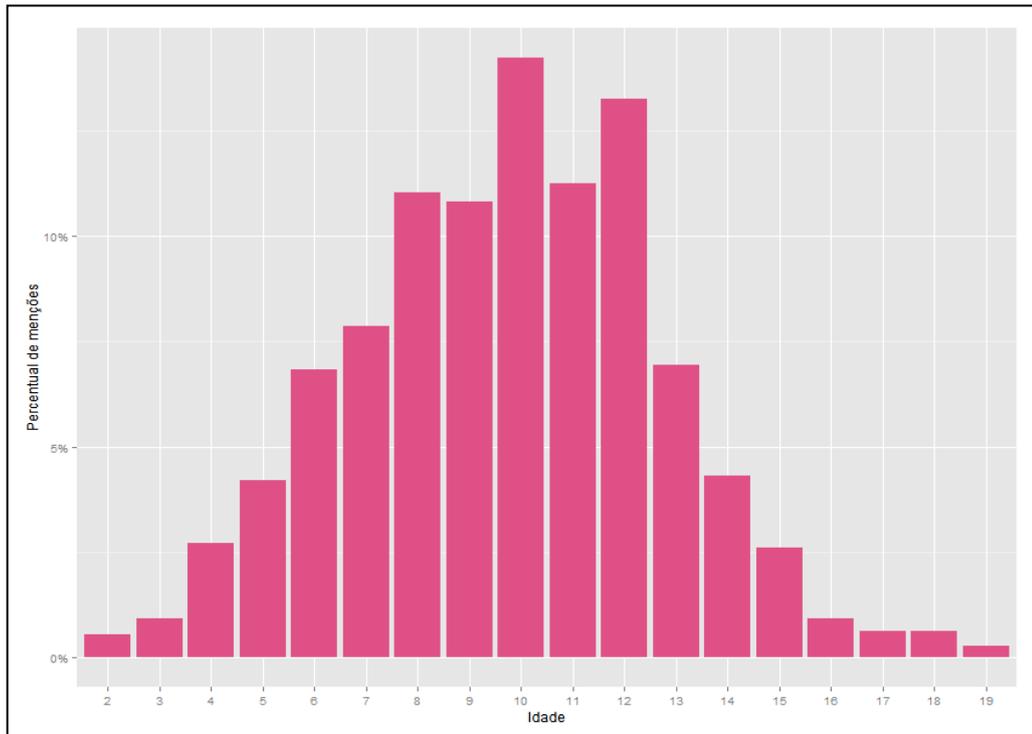
Sendo assim, o blog *Think Olga* (já mencionado neste trabalho) lançou a campanha sobre o primeiro assédio. Segundo dados divulgados pelo próprio *blog*²³, foram compartilhados, somente no *Twitter*, do dia em que foi lançada (21 de outubro de 2016) até o dia 25 de outubro de 2015, mais de 82 mil *tweets*²⁴ com a *hashtag* #primeiroassédio.

Após análise realizada pelo *Think Olga* com um grupo de 3.111 histórias compartilhadas no *Twitter*, chegou-se à constatação de que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos de idade, como pode ser verificado no gráfico a seguir, divulgado pelo blog.

²² “*Hashtag* é uma expressão bastante comum entre os usuários das redes sociais, na internet. Consiste de uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #, conhecido popularmente no Brasil por “jogo da velha” ou “quadrado”. Fonte: <https://www.significados.com.br/hashtag/>.

²³ Disponível em <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>. Acesso em 06/11/2016.

²⁴ “Tweet é o nome utilizado para designar as publicações feitas na rede social do Twitter. Literalmente, o termo inglês tweet significa ‘gorjeio’ ou ‘pio de passarinhos’”. Fonte: <https://www.significados.com.br/tweet/>.

Gráfico 2: Análise etária divulgada através da *hashtag* #primeiroassédio entre 21/10/15 e 25/10/15

Fonte: Think Olga.

E através da mesma publicação, a equipe do *Think Olga* afirma:

Nunca duvide do poder das redes sociais para provocar reflexão e empoderamento. A Internet é feita de pessoas e é a partir delas que as mudanças acontecem. Nesse caso, para o bem e para mostrar um problema que está longe de acabar, mas que felizmente a hashtag ajudou a mostrar que existe, sim, e muito, e que é preciso não ignorar as vítimas, mas responsabilizar quem colabora com a manutenção de sua existência – nem que seja com uma “brincadeira” no Twitter²⁵.

Além desta campanha, vale lembrar-se de outra, tendo sido utilizada a *hashtag* #meuamigosecreto, realizada em novembro de 2015. Esta “incentivou a denúncia de casos de opressão contra a mulher nas redes sociais, e que levou a um aumento significativo nas denúncias de violência doméstica a partir desse encorajamento” (CARDOSO, 2015, p. 125). Além disso, tornou-se título do livro publicado pelo coletivo Não Me Kahlo (também já citado anteriormente): “# Meu Amigo Secreto: feminismo além das redes”.

Apesar das contribuições positivas das redes sociais, deve-se atentar também sobre seus “perigos”. Segundo Prass (2014), “o compartilhamento irresponsável torna as redes sociais menos sociáveis”. Talvez a expressão “menos sociável” não

²⁵ Disponível em <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>. Acesso em 07/11/2016.

seja a melhor para adjetivar a situação, mas o que se quer afirmar é que há conflitos que têm sua origem no fato de que muitas vezes informações e opiniões são confundidas na rede, o que faz com que inverdades, compartilhadas inúmeras vezes nas redes sociais como fatos, possam tomar proporções sem limites²⁶.

Tal situação faz parte da democracia, já que todos os usuários das redes têm a possibilidade de compartilhar aquilo que desejarem. Contudo, faz-se cada vez mais necessário que os atores sociais estejam atentos à procedência das informações, pois cada um é responsável por aquilo que compartilha e publica. Sendo assim, o ideal é que o senso crítico seja posto em prática no momento de se apropriar de um conteúdo; ou até mesmo pesquisar mais a respeito dele antes que qualquer atitude seja tomada.

Por fim, cabe refletir sobre o que afirma Castells (2013) a respeito do aspecto “finito” das manifestações em redes sociais. É verdade que os protestos citados, por exemplo, tiveram seu período de manifestações e também seu encerramento enquanto eventos sociais (CARDOSO, 2015). Mas isto não diminui o impacto que exerceram sobre a luta pelos direitos das mulheres.

Cardoso (2015) afirma ainda que, através de seu estudo, foi possível concluir que as redes sociais vão de encontro aos textos hegemônicos (como os textos jornalísticos das grandes mídias), proporcionando mudança social.

Assim, entendo que, enquanto os textos hegemônicos analisados nessa dissertação revelam uma resistência na veiculação de discursos legitimadores da culpabilização da vítima do estupro, as redes sociais estão se movendo na direção oposta, trazendo a pluralidade de discursos e, principalmente, o empoderamento da mulher enquanto participante da luta social por seus direitos. Desse modo, podemos visualizar a mudança social, uma vez que os discursos hegemônicos são cada vez mais questionados, indicando que, eventualmente, perderão seu poder social (CARDOSO, 2015, p. 126).

Ainda sobre o que diz respeito à herança dos movimentos sociais na Internet, Castells (2013) aponta que o possível legado destes é a construção de uma nova forma de democracia, expressa de forma mais horizontal e possível a todos.

Assim, após trazer um panorama sobre os movimentos mais notórios do feminismo *online*, será apresentado a seguir o estudo empírico deste trabalho, que teve como intuito desvendar de que forma o movimento feminista nas redes sociais está abordando a violência sexual contra a mulher.

²⁶ Como foi o caso do homicídio, no Guarujá (SP), motivado por um boato compartilhado no Facebook. Ver <http://g1.globo.com/tecnologia/blog/tira-duvidas-de-tecnologia/post/o-compartilhamento-irresponsavel-torna-redes-sociais-menos-sociaveis.html>. Não há dúvidas de que nenhum tipo de violência é justificável, mas este acontecimento exemplifica tragicamente a que proporção a replicação de uma informação errônea pode alcançar.

3 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E O CIBERFEMINISMO

3.1 Caracterização do universo empírico

Como exposto anteriormente, o campo empírico da pesquisa trata da rede social virtual *Facebook*. Para compor o universo empírico da pesquisa, foram selecionadas, no interior do *Facebook*, três páginas de cunho feminista: *Não Me Kahlo*, *Empodere Duas Mulherese Feminismo Sem Demagogia – Original*.

Tais escolhas foram motivadas por serem essas as três páginas de maior destaque e popularidade na rede, haja vista o número de “curtidas” /seguidores que cada uma possui: 1.167.548, 1.007.110 e 1.073.202 ²⁷ curtidas, respectivamente. Além do critério estabelecido em relação ao número quantitativo de seguidores, atribui-se popularidade a estas páginas por serem as mais citadas na *web* em relação ao feminismo.

Os perfis das páginas serão apresentados na ordem já mencionada, percorrendo a seguinte lógica de exposição: ilustração da página, apresentação da data de sua fundação, informações sobre seus fundadores, sua história divulgada e as informações apresentadas no campo de “descrição” da página (que geralmente tratam sobre seus objetivos). Além disso, serão abordadas outras características, de acordo com as especificidades de cada página, conforme apresentarem-se pertinentes ao enriquecimento da discussão.

3.1.1 *Não Me Kahlo*

²⁷ Esta foi a quantidade de “curtidas” constatada através de acesso em 24/11/2016 às 14 horas (horário de Brasília).

Figura 1: Página inicial de *Não Me Kahlo* no Facebook. Acesso em 26/11/2016.



Não Me Kahlo foi fundada em junho de 2014, por cinco mulheres: Bruna Rangel, com formação em Direito e Sociologia; Thaysa Malaquias, formada em Arquitetura e Urbanismo; Paola Barioni, formada em Direito; Gabriela Moura, que se identifica como Escritora e Desenhista; e Bruna de Lara, estudante de Comunicação Social. Todas elas contribuem para o desenvolvimento das redes sociais do que intitulam como Coletivo *Não Me Kahlo*, produzindo conteúdo sobre os mais diversos temas, através da ótica feminista. Segundo Thaysa Malaquias, uma de suas fundadoras:

As novas tecnologias de comunicação possibilitaram que os modos de organização de inúmeros movimentos sociais fossem redimensionados, renovados e tornados mais acessíveis. A popularização das redes sociais permitiu ao feminismo, por exemplo, produzir novas construções de seus discursos, novas linguagens e concepções. Hoje, utilizamos essas tecnologias, como a internet, não só para problematizar e colocar em pauta as questões sobre o “ser mulher”, como também para nos organizarmos politicamente, através de textos, blogs e vídeos, assim como em forma de arte (MALAQUIAS, 2016).

O coletivo também possui um *blog* (*blog Não Me Kahlo*), em que é possível conhecer um pouco de sua história:

Somos um grupo de mulheres que resolveram formar um Coletivo Feminista. Nosso intuito é agregar pessoas com interesse em aprofundar os estudos sobre o feminismo, compartilhar ideias, histórias e também promover ações que busquem a luta por direitos das mulheres e a efetivação dos direitos já conquistados. Primeiramente, criamos uma página no Facebook. Em apenas 8 meses, nossa página angariou quase 150 mil seguidoras! Nossa atuação nas redes sociais continua firme, forte e crescendo. Esse ano ultrapassamos 700 mil seguidores no Facebook e 36

mil no Twitter. Também estamos em outras redes, como Instagram, Tumblr e Youtube. Resolvemos expandir ainda mais nossas ações com a criação deste blog, na esperança de poder influenciar mulheres a aprender mais sobre o feminismo e também a compartilhar suas histórias. Estamos muito satisfeitas com nossas conquistas: nosso site tem mais de 100 mil visualizações!²⁸

A atuação nas redes sociais realmente continua crescendo. Quando a presente pesquisa foi iniciada, em junho de 2016, a página *Não Me Kahlo*, no *Facebook*, possuía 997.985 seguidores²⁹, ao passo que em novembro de 2016 constatou-se a presença de 1.167.548 seguidores³⁰; o que representa um aumento de aproximadamente 16,9% em um intervalo de apenas cinco meses.

Ao que nos parece, no campo da estatística tal crescimento, em um período de cinco meses, é elevado. O que indica o poder de influência e rápida propagação de informações no meio *online*. Há que se chamar atenção que esse efeito de influência e de propagação comporta aspectos que podem ser negativos ou positivos. Tal velocidade de crescimento de um movimento social, como esse, no mundo “*offline*”, teria rara possibilidade.

Em sua descrição na página, apresenta-se como uma “organização com objetivo social, entre outros, de defesa do direito das mulheres e desenvolvimento de estudos sobre feminismo”³¹, além de se identificarem como um coletivo feminista.

O Coletivo Feminista Não Me Kahlo nasceu como um espaço de estudo e debate sobre o feminismo em suas diversas vertentes, respeitando a pluralidade social, a individualidade e valorizando o trabalho em conjunto para a construção de uma sociedade igualitária, dando atenção às demandas e pautas feministas. A fanpage é mais [uma] mídia criada com o intuito de levar conhecimento e ampliar o debate para a desconstrução do machismo na sociedade. Com o passar do tempo, percebemos a necessidade de ampliar nosso trabalho. E, assim, surgiu a ideia de fundação de uma associação civil (uma organização não-governamental) que virá em breve!

A descrição acima nos permite perceber como a rede social virtual foi utilizada como um ponto de partida para que um projeto ganhasse força e pudesse crescer, a ponto de alcançar mais de um milhão de seguidores através de sua página; construir a fundação de uma organização não-governamental e publicar um livro.

O livro “*# Meu Amigo Secreto: feminismo além das redes*” foi publicado em 2016 pelo coletivo Não Me Kahlo. O título da obra chama a atenção: o coletivo julgou necessário ir além do mundo *online*, recorrendo a um recurso tradicional (livro) para se discutir o feminismo. Isso pode indicar que, apesar da efetiva

²⁸ Disponível em: <http://www.naomekahlo.com/>. Acesso em: 24/11/2016.

²⁹ Acesso em 10/06/16. Nesta mesma data realizou a pesquisa nas outras páginas estudadas.

³⁰ Acesso em 24/11/2016. Nesta mesma data realizou a pesquisa nas outras páginas estudadas.

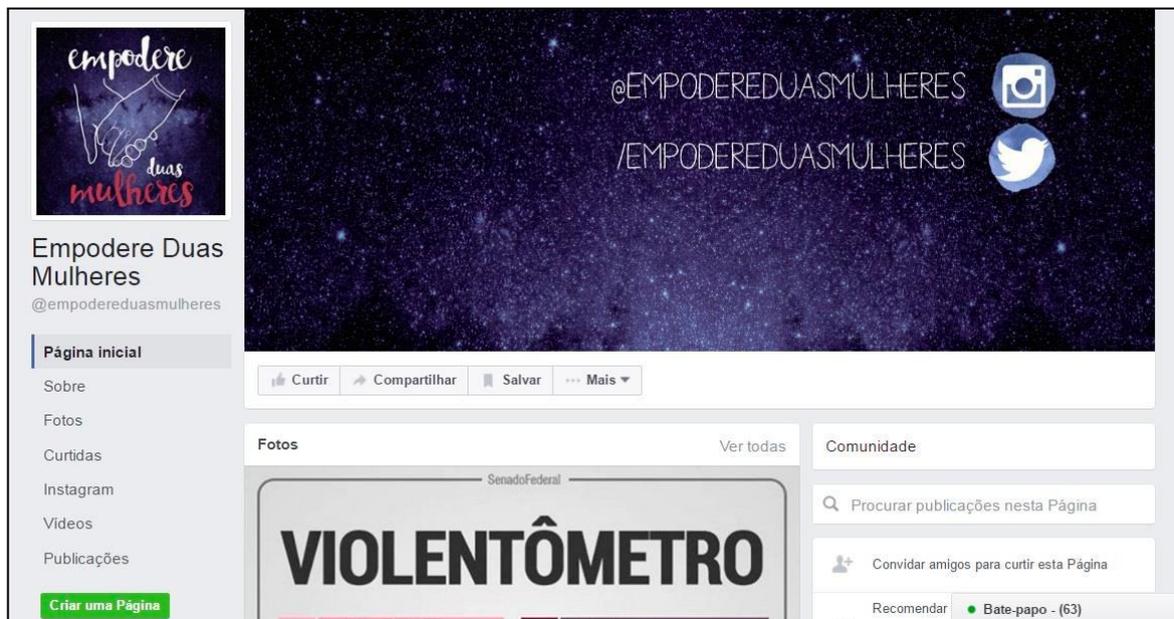
³¹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/NaoKahlo/about/?ref=page_internal. Acesso em: 24/11/2016.

contribuição das mídias virtuais para os debates feministas, elas ainda não representam, por exemplo, “ameaça” à existência dos meios convencionais de comunicação como os livros.

É provável que haja um reconhecimento da necessária complementaridade do mundo virtual; da democratização de informações rapidamente veiculadas, lidas e comentadas com o mundo *offline*, que costuma trazer informações e fatos refletidos, amadurecidos ou trabalhados pelo processo de reflexão que permite lidar com a complexidade dos significados que os mesmos comportam. A situação colocada pela existência do livro, baseado no mundo virtual, talvez seja uma fértil complementaridade de ambos os lados.

3.1.2 Empodere Duas Mulheres

Figura 2: Página inicial de *Empodere Duas Mulheres* no Facebook. Acesso em: 26/11/2016.



A página *Empodere Duas Mulheres* foi fundada em 2015 (não consta na página a informação sobre o mês de sua criação). Quanto à(s) fundadora(s) da página, não há informações disponíveis, embora, através da descrição apresentada abaixo, se possa concluir que se trata de uma ou mais pessoas do sexo feminino. Também não há informações sobre sua história.

No campo de descrição da página, lê-se:

A luta é por todas, inclusive as periféricas. Se o meu feminismo não lutar por elas, quem vai? Se o que eu mais acredito só atinge o meu ciclo de mulheres feministas de classe média, que luta é essa? Não dá pra excluir, não dá pra silenciar, não dá pra oprimir. Não dá pra esquecer e relevar. O buraco é muito mais profundo. Enquanto tem mulheres sendo massacradas

pelo patriarcado, tem outras querendo explicar feminismo pra homem. Todas as vivências são necessárias, mas a luta é muito maior. Enquanto tentamos acabar com o patriarcado e atingir essas mulheres periféricas no movimento feminista, (muitas inclusive não fazem nem ideia do que isso significa), tem mulher querendo incluir homem no rolê. O opressor. Eu pediria que pra cada homem que você quer explicar feminismo, troque por duas mulheres. Empodere duas mulheres no lugar de explicar feminismo pra um homem. Os efeitos vão ser incríveis e muito mais eficazes. Penso que o feminismo pra mim é muito mais do que eu posso tocar. É muito mais amplo, e só vai ser verdadeiro quando não excluir nada, e puder chegar onde eu não estou. Quando eu puder aprender com todas as vivências que não fazem parte de mim, e quando eu puder presenciar o pleno empoderamento, sororidade³² e empatia entre mulheres. Não quero fazer parte de algo limitado, a luta é muito maior³³.

Além disso, pôde-se constatar também um aumento no número de “curtidas” /seguidores da página: em junho de 2016 havia 920.620 seguidores, enquanto que em novembro havia 1.007.110; o que representa um crescimento de aproximadamente 9,3%.

3.1.3 Feminismo Sem Demagogia – Original

Figura 3: Página inicial de *Feminismo Sem Demagogia – Original* no Facebook. Acesso em: 26/11/2016.



³² “Relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs. União de mulheres que compartilham os mesmos ideias e propósitos, normalmente de teor feminista”. Fonte: <https://www.dicio.com.br/sororidade/>.

³³ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/empodereduasmulheres/about/?ref=page_internal. Acesso em: 24/11/2016.

A página *Feminismo Sem Demagogia – Original* foi fundada em outubro de 2012, pela professora Vera Lucia Dias da Silveira, que reside em São Paulo. Segundo informações disponíveis na própria página, trata-se da única e legítima autora dos conteúdos publicados.

Não há informações disponíveis sobre a história de criação da página. Quanto à sua descrição, a autora afirma que a corrente teórica que a norteia é o feminismo marxista:

A página Feminismo sem Demagogia é um espaço destinado ao debate a respeito do feminismo pelo viés MARXISTA, e opressão machista/capitalista sobre as mulheres. O espaço está aberto para todas as mulheres, cis e não cis³⁴, e homens que queiram compor como aliados a luta e que fique claro, somente homens que queiram compor como aliados, respeitando o protagonismo das mulheres³⁵.

No mesmo espaço, de descrição, a fundadora da página explicita mais esclarecimentos a respeito do feminismo marxista, além de justificar o uso da palavra “original” para compor o título da página: “esta página recebe o acréscimo ‘original’ devido a existirem duas páginas chamadas ‘feminismo sem demagogia’, que também pertenciam a este coletivo, porém, foi invadida”.

Por fim, nesta mesma parte, foram colocados telefones úteis a denúncias em casos de violência contra a mulher, racismo, homofobia e abuso e exploração contra crianças e adolescentes. Sendo assim, logo no primeiro contato, a autora mostra que está comprometida com a perspectiva de enfrentamento desses problemas sociais (incluindo a violência sexual contra a mulher).

É importante mencionar que esta foi a única página, dentre as que compõem o universo empírico, que apresentou decréscimo em relação ao número de “curtidas” /seguidores no período comparado: em junho de 2016 havia 1.078.207 seguidores, ao passo que em novembro de 2016 havia 1.073.202; o que representa uma redução de cerca de 0,46%.

Pode-se perceber que as descrições apresentadas pelas três páginas evidenciam o protagonismo das mulheres no movimento. Entretanto, as duas últimas (*Empodere Duas Mulheres* e *Feminismo Sem Demagogia – Original*), além do enfoque de gênero, apresentam uma perspectiva de classe (algo que a primeira – *Não Me Kahlo – não traz*) e mencionam a opressão dos homens sobre as mulheres.

Contudo, a única página que apresenta uma escolha por uma vertente teórica é a *Feminismo Sem Demagogia – Original*, que informa que é orientada pelo feminismo de viés marxista. Parece-nos que *Não Me Kahlo* constitui-se como a página que apresenta possibilidade de um público-alvo de maior amplitude, visto que tem o intuito de agregar diferentes correntes do feminismo. Este fato pode explicar o

³⁴ A autora usa a abreviação “cis” a fim de fazer referência ao termo “cisgênero”, utilizado para se referir ao sujeito que se identifica, em todos os aspectos, com o seu “gênero de nascimento”. Assim, o “não cis” seria o sujeito que se identifica como transgênero.

³⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/about/?ref=page_internal
Acesso em: 24/11/2016

motivo que a levou a ter o maior número de seguidores em relação às outras duas – *Não Me Kahlo e Empodere Duas Mulheres*.

3.2 Procedimentos metodológicos

A amostragem da presente pesquisa é composta por publicações das páginas anteriormente apresentadas. O recorte temporal das publicações se deu entre o período de 21 de maio de 2016 a 21 de agosto de 2016.

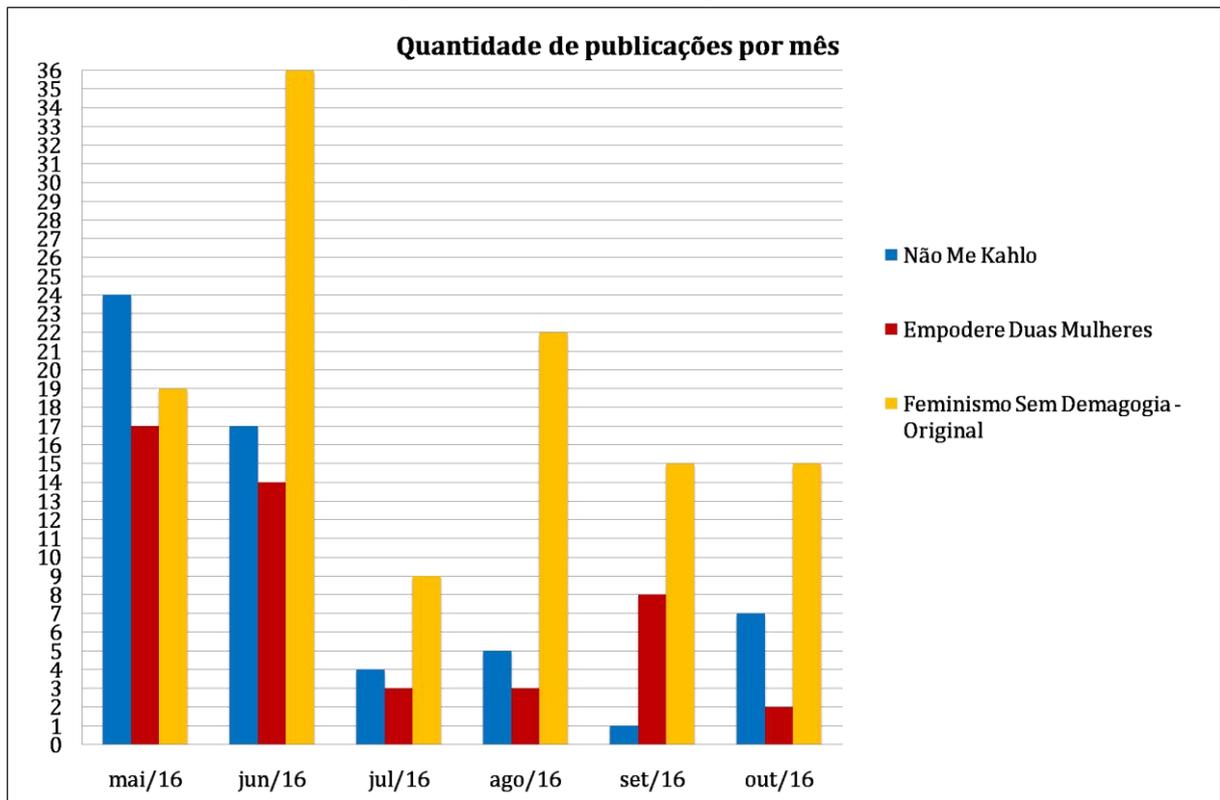
A escolha pelo início do período estudado (21/05/2016) se deu pelo fato de este ter sido o dia em que uma jovem de 16 anos foi vítima de um estupro coletivo na cidade do Rio de Janeiro. Fenômeno que teve vasta repercussão nas redes sociais (como já mencionado em nossa introdução). Já a escolha pelo término do recorte (21/08/2016) se deu pelo fato de que neste dia completaram-se três meses desde o ocorrido com a jovem, período em que, através da coleta, foi possível obter material suficiente para análise.

Na verdade, primeiramente, foi realizado mapeamento do conteúdo produzido pelas páginas num período de seis meses (01/05/2016 a 31/10/2016). Utilizou-se, primeiramente, o descritor “estupro” na busca no interior da categoria “Publicações” da página. Depois foi realizado o mesmo tipo de busca com os descritores “violência” e “sexual”. E, por fim, com os descritores “violência”, “sexual” e “estupro”, a fim de que fossem encontradas as publicações que se repetiram nas duas primeiras buscas.

Através desse processo, foi constatado que, neste período, *Não Me Kahlo* produziu 58 publicações relativas à violência sexual contra a mulher; *Empodere Duas Mulheres*, 47 publicações; enquanto que *Feminismo Sem Demagogia – Original* produziu 116 publicações.

Observou-se que, em todas as páginas estudadas, os meses em que houve maior produção de conteúdo sobre o tema foram maio e junho de 2016. Os meses em que houve menor produção variaram entre as páginas, mas o fato é que foi constatado declínio significativo na quantidade de postagens ao longo dos meses, como pode ser observado no gráfico abaixo. Acredita-se que o debate sobre a temática perdeu intensidade conforme houve o afastamento temporal do caso do estupro coletivo com a jovem carioca.

Gráfico 3: Quantidade de publicações produzidas pelas páginas por mês, de maio a outubro de 2016.

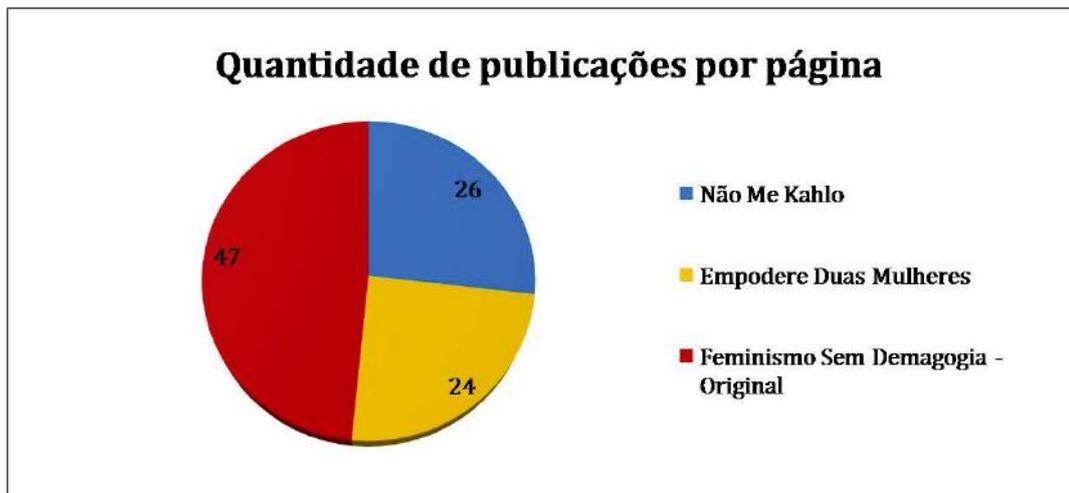


Por causa da densa quantidade de postagens no período selecionado, totalizando 221 produções, decidiu-se reduzir tal período para três meses, a fim de que fosse possível analisar com cautela todas as postagens, através da metodologia de análise de conteúdo. Sendo assim, o período analisado foi o de 21/05/2016 a 21/08/2016, como já mencionado anteriormente.

No decorrer da análise dos conteúdos encontrados, percebeu-se que muitas das publicações oriundas da busca com os descritores “violência” e “sexual” na verdade não tinham como principal foco a violência sexual. Os conteúdos destas publicações faziam referências mais “gerais”, como por exemplo, à violência de gênero, violência contra a mulher, homofobia, racismo, entre outras. Esses temas, claro, são extremamente importantes e em muito acrescentam ao debate da violência sexual, mas não se configuram como objeto do presente trabalho.

Por isso, tomou-se a decisão de realizar outra pesquisa, dessa vez com o descritor “violência sexual”. Assim, foi possível constatar que todas as publicações que utilizaram o descritor “violência sexual” foram as mesmas que também utilizaram o descritor “estupro”. Este processo resultou em 97 publicações, dentre as quais 26 foram produzidas pela página *Não Me Kahlo*, 24 por *Empodere Duas Mulheres* e 47 por *Feminismo Sem Demagogia – Original*, como pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Quantidade de publicações por página de acordo com os critérios estabelecidos.



Após esta fase de coleta de dados, foi realizada tabulação das publicações, de acordo com categorias pré-estabelecidas. Quanto à **forma de publicação**, foram divididas em: a) publicações em que a comunicação foi estabelecida através somente de textos; b) textos e *links*; c) textos e compartilhamentos de publicações de terceiros; d) textos e fotos; e e) textos e vídeos.

Quanto ao **conteúdo produzido**, foram divididas entre publicações que contribuíram para a divulgação de: a) notícias sobre violência sexual contra a mulher (VSCM); b) notícias sobre direitos sexuais e reprodutivos da mulher; c) estudos relativos à VSCM; d) livros pertinentes ao debate da VSCM; e) textos sobre VSCM e a cultura do estupro; f) documentários pertinentes ao debate da VSCM; g) campanhas sobre o enfrentamento à VSCM; e h) palestras sobre VSCM.

3.3 Exposição dos dados empíricos

Serão apresentados a seguir os resultados referentes às análises das 97 publicações mencionadas no tópico anterior, de acordo com critérios também já apresentados. Continuará sendo utilizado o recurso de gráficos, uma vez que contribuem para uma melhor visualização e compreensão dos dados.

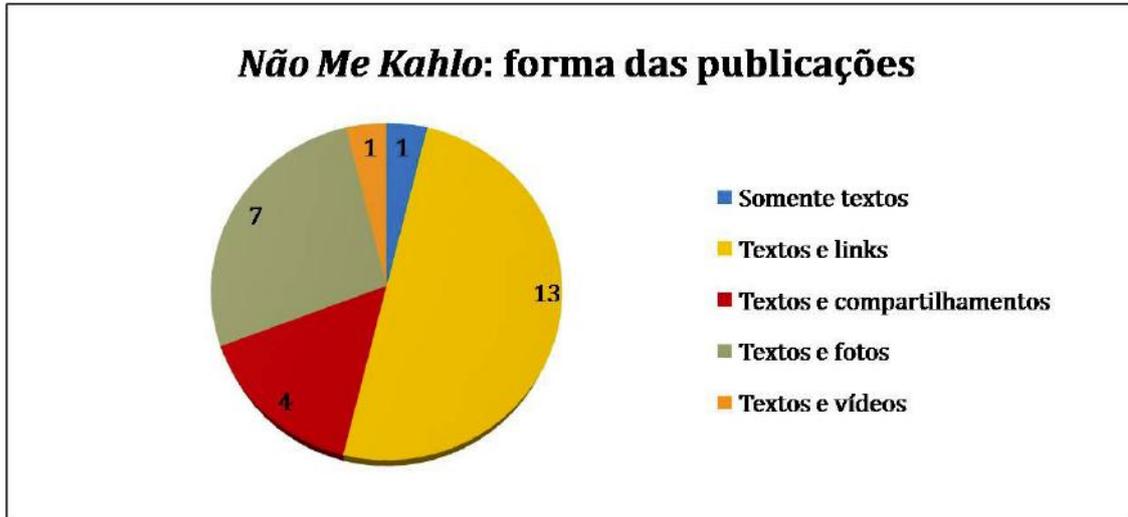
3.3.1 Não Me Kahlo

Os primeiros resultados a serem expostos dizem respeito às 26 publicações provenientes da página *Não Me Kahlo*.

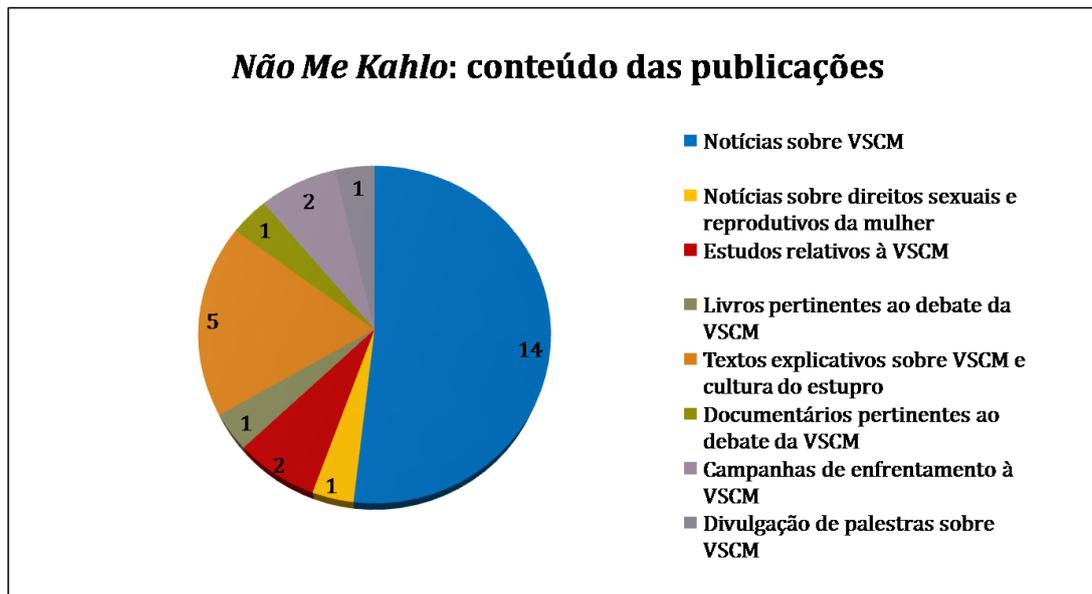
Em relação à **forma** como os conteúdos foram transmitidos através das publicações, foram obtidos os seguintes resultados: a) havia 1 publicação em que a comunicação foi estabelecida através somente de texto; b) em 13 publicações a

comunicação foi estabelecida através de textos e *links*; c) 4 publicações foram realizadas na forma de divulgação de textos e compartilhamentos de publicações de terceiros; d) 7 através de textos e fotos; e) 1 através de texto e vídeo.

Gráfico 5: Forma das publicações de *Não Me Kahlo*.

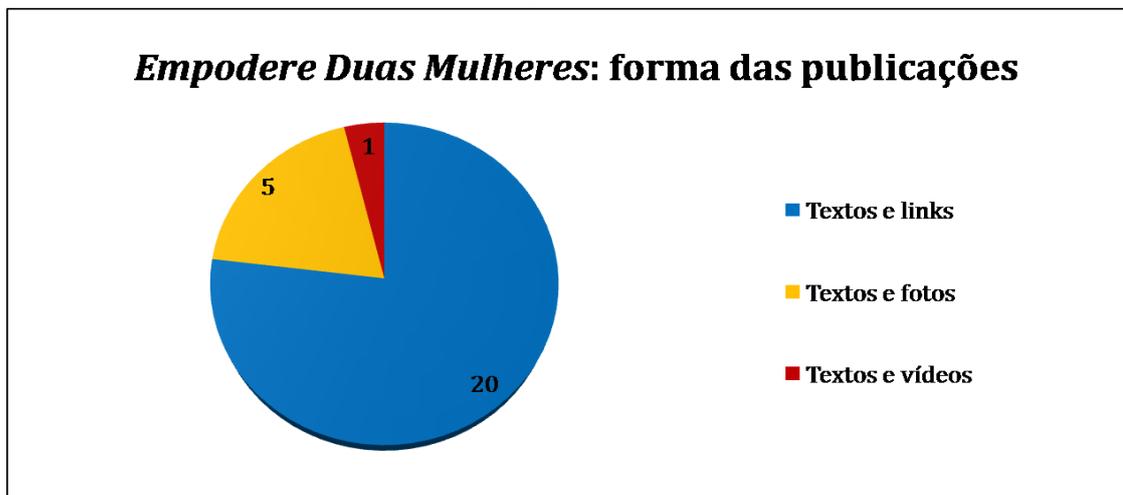


Quanto ao **conteúdo** produzido, os resultados foram: a) presença de 14 notícias sobre violência sexual contra a mulher (VSCM); b) presença de 1 notícia sobre direitos sexuais e reprodutivos da mulher; c) 2 publicações com o intuito de divulgar estudos relativos à VSCM; d) 1 publicação com o intuito de divulgar livros pertinentes ao debate da VSCM; e) 5 publicações contendo textos explicativos e informativos sobre VSCM e a cultura do estupro; f) 1 publicação divulgando documentários pertinentes ao debate da VSCM; g) 2 publicações disseminando campanhas sobre o enfrentamento à VSCM; e h) 2 publicações divulgando palestras sobre VSCM.

Gráfico 6: Conteúdo das publicações de *Não Me Kahlo*.

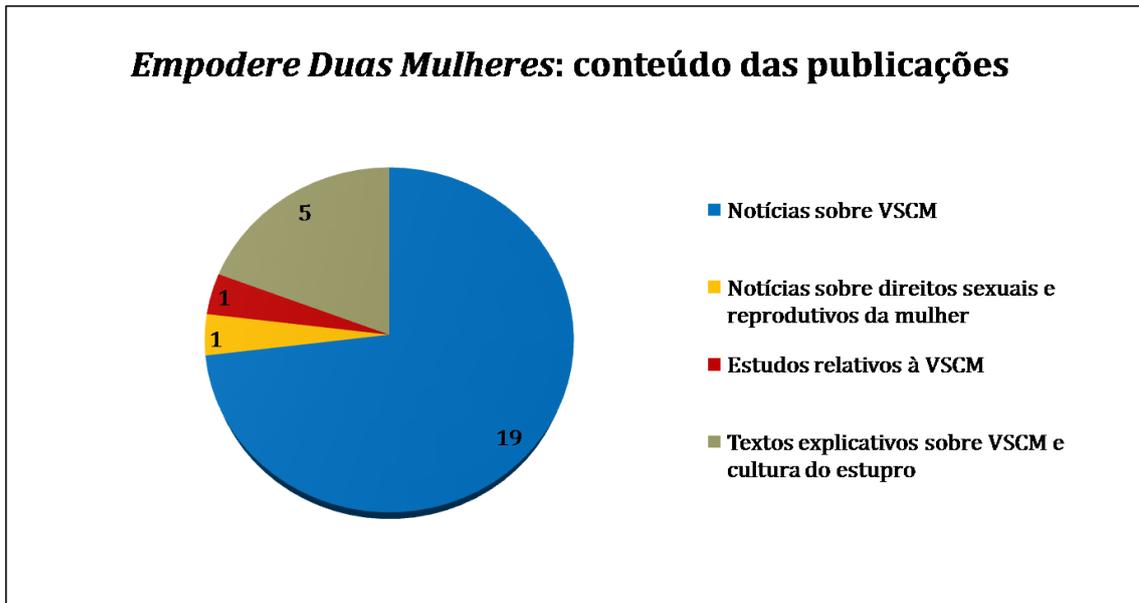
3.3.2 *Empodere Duas Mulheres*

Em relação à página *Empodere Duas Mulheres*, a **forma** como os conteúdos foram transmitidos através das publicações, podem ser identificados através dos seguintes resultados: a) em 20 publicações a comunicação foi estabelecida através de textos e *links*; b) 5 publicações foram realizadas através de textos e fotos; e c) 1 através de texto e vídeo.

Gráfico 7: Forma das publicações de *Empodere Duas Mulheres*.

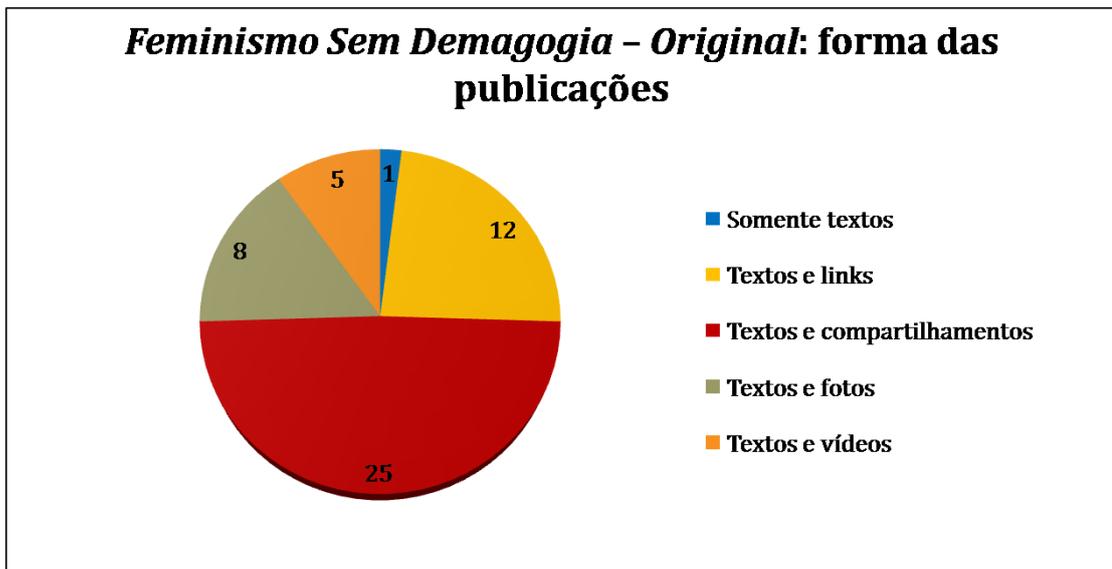
Quanto ao **conteúdo** produzido, os resultados foram: a) presença de 19 notícias sobre violência sexual contra a mulher (VSCM); b) presença de 1 notícia sobre direitos sexuais e reprodutivos da mulher; c) 1 publicação com o intuito de divulgar estudos relativos à VSCM; e d) 5 publicações contendo textos explicativos e informativos sobre VSCM e a cultura do estupro.

Gráfico 8: Conteúdo das publicações de *Empodere Duas Mulheres*.

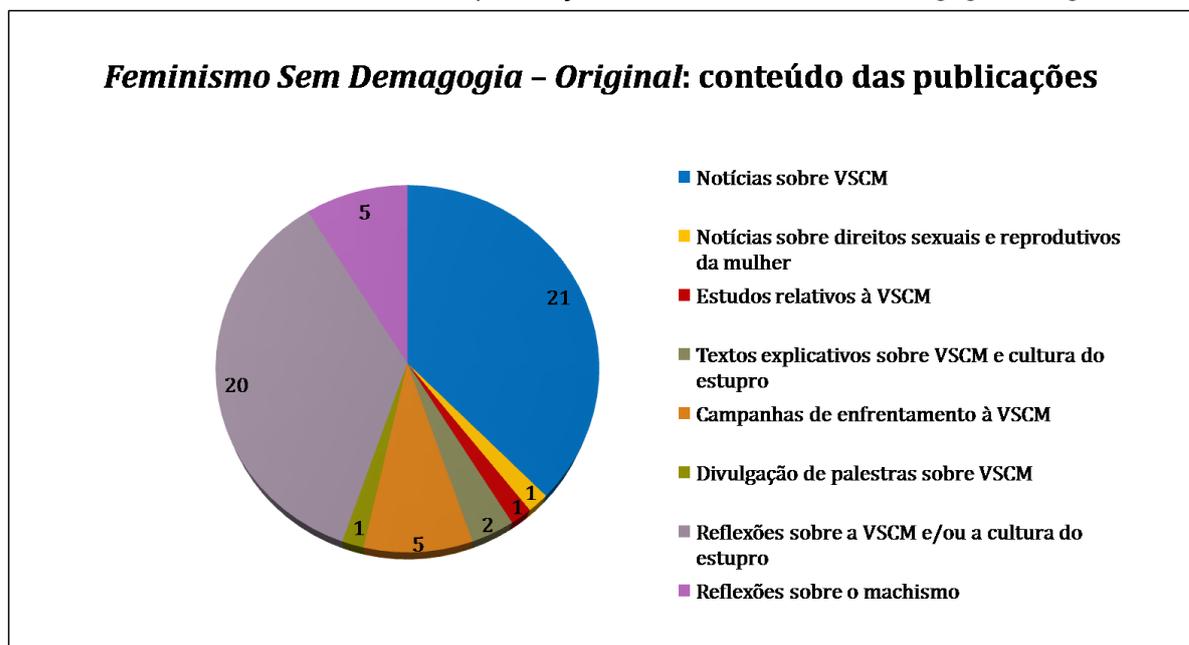


3.3.3 *Feminismo Sem Demagogia – Original*

No que se refere à página *Feminismo Sem Demagogia – Original*, a **forma** como os conteúdos foram transmitidos através das publicações, se apresentaram de acordo com os seguintes resultados: a) havia 1 publicação em que a comunicação foi estabelecida através somente de texto; b) em 12 publicações a comunicação foi estabelecida através de textos e *links*; c) 25 publicações foram realizadas na forma de divulgação de textos e compartilhamentos de publicações de terceiros; d) 8, através de textos e fotos; e e) 5 através de texto e vídeo.

Gráfico 9: Forma das publicações de *Feminismo Sem Demagogia – Original*.

Quanto ao **conteúdo** produzido, os resultados foram: a) presença de 21 notícias sobre violência sexual contra a mulher (VSCM); b) presença de 1 notícia sobre direitos sexuais e reprodutivos da mulher; c) 1 publicação com o intuito de divulgar estudos relativos à VSCM; d) 2 publicações contendo textos explicativos e informativos sobre VSCM e a cultura do estupro; e) 5 publicações disseminando campanhas sobre o enfrentamento à VSCM e protestos contra a VSCM; f) 20 publicações que traziam reflexões e pontos de vista a respeito da VSCM e/ou da cultura do estupro; e g) 5 reflexões sobre o machismo, uma das causas da VSCM.

Gráfico 10: Conteúdo das publicações de *Feminismo Sem Demagogia – Original*.

3.4 Discussão dos dados empírico-analíticos

A predominância de publicações que utilizam *links* pode ser explicada pela presença também predominante de divulgação de notícias sobre violência sexual. Isso porque, para divulgar um conteúdo jornalístico na íntegra, faz-se necessário compartilhar o *link* do *site* em que se encontra este conteúdo. Na medida em que o *link* é acionado, através do clique no mesmo, há a exibição de um novo conteúdo.

Figura 3: Exemplo de uma publicação que utiliza um *link* em que se trata de uma notícia sobre violência sexual.



Além do uso de *links*, as fotos também representam um forte mecanismo de comunicação com os seguidores das páginas. Isso porque, na *web*, “o conteúdo em forma de imagens e vídeos é mais valorizado” (NÃO ME KAHLO, 2016), tendo suas publicações maior repercussão. A instantaneidade e a alta velocidade com que se realizam as atividades *online* são características marcantes do mundo virtual. Mas

nem por isso, segundo Não Me Kahlo (2016), o “feminismo de internet” deve ser desvalorizado.

É muito improvável que uma pessoa que está navegando pelas redes sociais queira parar para ler um artigo acadêmico de vinte páginas sobre o feminismo, não é? Porém, essa mesma pessoa estará disposta a assistir um vídeo, a ver uma imagem ou a ler um texto que lhe interesse. Sendo assim, alguém que nunca tenha tido contato com o feminismo passa a tê-lo e a compreender melhor a nossa agenda. Enquanto isso, pessoas que já tiverem um primeiro contato com o movimento podem se aproximar de assuntos que antes desconheciam ou analisá-los por uma nova perspectiva. Não se trata, portanto, de difundir um conteúdo frívolo, mas de entender a utilidade do meio virtual em suas particularidades, para, assim, utilizá-lo da melhor forma possível (NÃO ME KAHLO, 2016).

Pôde-se constatar que as três páginas possuem distintas formas de se comunicar, apesar de todas usarem os mesmos recursos (os recursos do *Facebook*). *Não Me Kahlo*, apesar de se dirigir a um público leigo em relação aos assuntos da violência sexual contra a mulher, procura utilizar referências teóricas em suas reflexões, além de estudos e estatísticas recentes sobre o assunto.

Figura 4: Exemplo de publicação que utiliza uma foto para apresentar o resultado de um estudo.



Empodere Duas Mulheres, em relação à violência sexual contra a mulher, não faz reflexões aprofundadas da forma como as outras duas páginas, aqui estudadas, fizeram. Ela se deteve, majoritariamente, a compartilhar notícias advindas da mídia jornalística *online*. Isso significa que a página procurou disseminar informações sobre crimes sexuais, por exemplo, mas não realizou produções autorais. Isso, obviamente, não significa que sua contribuição ao enfrentamento à violência sexual contra a mulher tenha sido menos significativa.

Feminismo Sem Demagogia – Original, por outro lado, configurou-se como a página que mais produziu textos e reflexões sobre a temática. Inclusive, pelo fato de ser a página que coloca seus posicionamentos políticos de forma mais explícita, é que talvez se explique o fato de ser a única página, dentre as aqui estudadas, que teve decréscimo no seu número de seguidores. Acredita-se que uma página que escolhe percorrer caminhos políticos e teóricos extremamente específicos tem maior possibilidade de haver uma maior quantidade de sujeitos discordando de suas opiniões.

Figura 5: Exemplo de publicação que utiliza o compartilhamento de uma publicação de outrém para se discutir a respeito da VSCM e da cultura do estupro.



Foi possível verificar que as páginas, cada uma à sua maneira, se propõem a contribuir para o enfrentamento da violência sexual contra a mulher. E conseguem, na medida em que expõem diversas informações pertinentes à discussão da temática, permitindo que o público tenha maior acesso a notícias sobre casos de violência sexual, reflexões sobre os mesmos, estudos envolvendo a temática, além de explicações (a maioria, bastante didáticas) que possibilitam identificar a violência mesmo nos casos em que ela não se dá na forma de penetração.

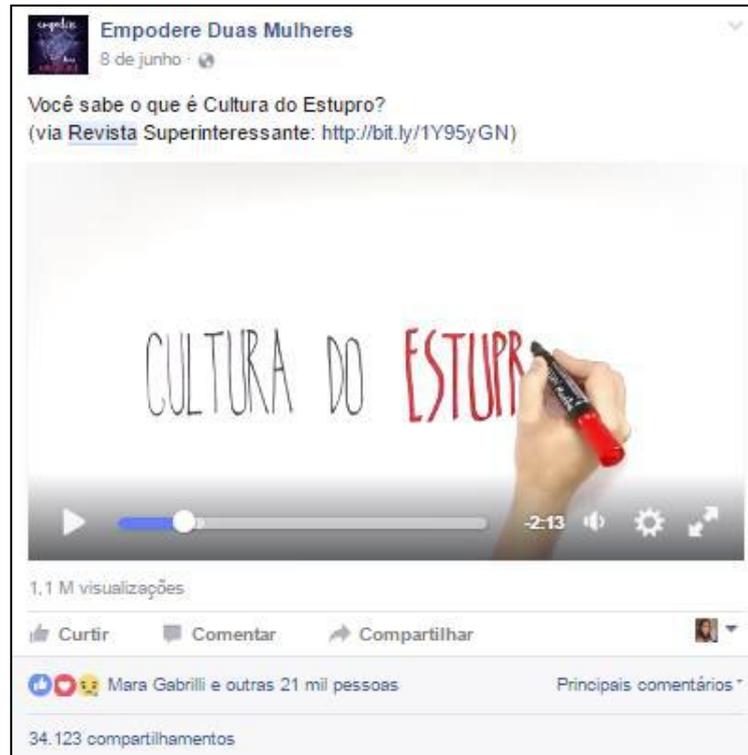
Um exemplo disso foi um dos vídeos publicados pela página *Empodere Duas Mulheres* (via Revista *Superinteressante*), em que se divulgam informações a respeito da cultura do estupro:

Cultura do estupro é como se chama o ambiente que banaliza, legitima e justifica a violência contra a mulher. Em grande medida isso acontece pela disseminação da ideia de que o valor da mulher está ligado às suas condutas morais e sexuais, enquanto o homem não (REVISTA SUPERINTERESSANTE, 2016).

Para um estudo acadêmico, essa informação, por exemplo, pode não ser nova. Mas para uma mulher que nunca teve contato com o assunto (e incluo aqui crianças e adolescentes do sexo feminino, pois de acordo com dados do Sistema Único de Saúde, em 70% dos casos de estupro, a vítima é uma criança ou

adolescente³⁶), essa informação, assim como tantas outras das páginas, pode ser determinante para uma mudança de vida.

Figura 6: Exemplo de publicação que utiliza o recurso de vídeo para se discutir a respeito da VSCM e da cultura do estupro.



Um exemplo de como o acesso à informação muda vidas pode ser identificado através do caso de uma menina de 12 anos que trouxe à tona os estupros praticados pelo próprio pai, através de carta direcionada à sua mãe³⁷. A situação foi divulgada pela página *Não Me Kahlo*. Nesta publicação, uma seguidora da página comentou: “ela cita que viu na TV que era abuso o que ela passava, então todo esse nosso ‘mimimi’³⁸ feminista está fazendo uma transformação que não pode parar”. Em resposta a este comentário, outra seguidora comentou: “(...) sou professora e já vi [muitas] crianças contarem na escola os abusos sofridos em casa depois de verem em algum lugar aquilo que era errado”.

³⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml>. Acesso em: 29/11/2016

³⁷ Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/estuprada-pelo-pai-menina-pede-socorro-em-carta-mae-muito-nojento-19562278.html>. Acesso em: 29/11/2016.

³⁸ “Mimimi” é uma expressão popularmente usada na comunicação informal para descrever ou imitar uma pessoa que reclama. Esta expressão funciona como uma onomatopeia, uma reprodução de sons, que pode, nesse caso, fazer referência a choro ou lamúria. Além disso, a seguidora utilizou a expressão de forma irônica, pois ela é utilizada por críticos ao feminismo, que tentam deslegitimar as reivindicações feministas como reclamações.

Além disso, as páginas também funcionam como espaço para compartilhamento de experiências e depoimentos sobre violência sexual. Dessa forma, mulheres encontram, nesses espaços, apoio de outras mulheres que vivenciaram situações semelhantes, como pode ser observado em comentários a uma determinada publicação de *Empodere Duas Mulheres*:

Estou fazendo aulas de auto defesa. Já fui atacada uma noite quando caminhava; consegui fugir. Com hematomas. Faz 1 ano e meio. Foi difícil sair de novo (sem ser de carro). Hoje já saio. Mas ainda temerosa. Faço trajetos seguros mas levo um eletrochoque na mão... Dentro da manga da camisa. E estou fazendo aulas de defesa pessoal. Louvável toda manifestação; mas eu não vou esperar por "leis". Não quero ter medo de sair na rua na cidade onde nasci.

Nota-se, neste depoimento, a demonstração de medo de quem fala. A falta de credibilidade direcionada às políticas públicas, principalmente às de segurança pública, é evidente. Da mesma forma, outra seguidora da página, em resposta a tal comentário, também declara que buscou na autodefesa a solução para o problema da (falta de) segurança.

(...) sua história é parecida com a minha, eu também fui vítima de tentativa de estupro, só naquele tempo eu já tinha mais de 2 anos de jiu jitsu, aí eu revidei e dei nó naquele traste até quase matar, cara ficou desmaiado derramando sangue em cima do asfalto. Atualmente até ando relativamente tranquila na rua, mas sempre ando com um Taser, e muito atenta mesmo, pois na defesa pessoal uma das coisas mais importantes é evitar o fator surpresa.

Foi possível constatar também que as três páginas assumem posicionamento político de esquerda, como pode ser demonstrado através de uma das publicações de *Feminismo Sem Demagogia – Original*:

RESPEITEM AS MULHERES, organizações de esquerda machistas não são de esquerda!

Esquerda revolucionária de verdade debate gênero, debate raça, sexualidade e debate classe!

Somos feministas marxistas, não abaixaremos a cabeça pra organizações que acobertam agressores!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo do presente trabalho foi possível cumprir o objetivo de discutir a violência sexual contra a mulher no Brasil. Nesta parte foi realizado panorama sobre tal violência, na medida em que foram trazidos dados consolidados por respeitadas órgãos nacionais e internacionais e discussões teóricas. Da mesma forma foi feito em relação à importância do movimento feminista perante a temática.

No segundo capítulo, foi possível discutir de que forma os movimentos sociais se configuram na era da Internet, inclusive o movimento feminista brasileiro. O objetivo de analisar a atuação deste sobre questões relativas à violência sexual contra a mulher através das redes sociais começa a ser cumprido neste capítulo.

Tal objetivo é cumprido no terceiro capítulo, através da apresentação e análise dos dados empíricos. Esta parte também nos permitiu responder às nossas hipóteses.

Assim, foi possível constatar que a primeira hipótese (de que *as páginas que atuam sob perspectiva feminista utilizam o mundo virtual para tecer críticas ao modo como a mídia jornalística trata as questões relativas à violência sexual contra a mulher*) não pôde ser comprovada. Isso porque foi possível notar que as páginas componentes de nossa amostragem utilizam as informações da mídia jornalística dominante como base para suas discussões; e inclusive dialogam com a mídia hegemônica. Como exemplo disso, podemos citar uma publicação de *Não Me Kahlo* que afirma: “fizemos em colaboração com UOL uma lista de coisas³⁹ que devemos ou não fazer ao sabermos de casos de estupro, enfatizando (...) casos que caem na mídia e geram grande repercussão”.

Já a segunda hipótese (de que *as páginas que atuam sob perspectiva feminista contribuem de forma efetiva para o enfrentamento à violência sexual contra a mulher*) pôde ser comprovada, na medida em que se verificou que as páginas componentes de nossa amostragem contribuíram, como já apresentado, para a disseminação de informação a respeito da violência sexual contra a mulher.

O estudo permitiu identificar que as redes sociais são ferramentas que possibilitam favorecer o empoderamento da população acerca do enfrentamento e da prevenção à violência sexual, na medida em que dissemina informações. Isso porque “todo conhecimento implica em poder”⁴⁰.

Ainda sobre tais ferramentas, pode-se concordar com a conclusão a que chega Lemos (2009):

A Internet, instrumento basal do Ciberfeminismo, é uma força poderosa para conectar e dividir, o conhecimento e as fontes. Mas também, é a tecnologia que originalmente pretendia a dominação global e militar. Há muitos benefícios, desde que tenhamos em mente o uso consciente e o conhecimento histórico de seu contexto. Crítica é a resistência à imersão

³⁹ Disponível em: <http://estilo.uol.com.br/comportamento/listas/10-coisas-que-devemos-ou-nao-fazer-ao-saber-de-casos-de-estupro.htm>. Acesso em: 29/11/2016.

⁴⁰ NIETZSCHE apud SILVA, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4824/1/2013_ThallineRodriguesdaSilva.pdf. Acesso em: 01/12/2016.

total na tecnologia que resulta no destacamento do mundo ao invés do engajamento com este, e também, um dos pressupostos para que o movimento feminista como um todo mantenha sua força diante das discussões sobre gênero e tecnologia. (LEMOS, 2009, p.121-122)

Além disso, deve ser destacado de que forma este trabalho contribuiu para a minha formação acadêmico-profissional: o desafio de articular argumentos e ideias esteve presente durante todo o processo. Dessa forma, tive a oportunidade de adquirir experiência com tal exercício, fundamental não só para futuras pesquisas e produções acadêmicas como também para a futura prática como assistente social.

Ao Serviço Social a discussão a respeito da violência sexual contra a mulher já é patente. Entretanto, o debate acerca das mídias virtuais é recente na área. Ele se torna importante na medida em que a categoria profissional tem a necessidade de acompanhar novas tendências e debates, ou seja, deve se manter atualizada a respeito das práticas utilizadas nos diferentes veículos de informação e seus respectivos contextos histórico-sociais.

Na medida em que os assistentes sociais debruçam-se sobre a totalidade social, e dela fazem parte o uso da *Internet* e das redes sociais *online*, a temática deve ser debatida, até mesmo pelo fato de tais mídias fazerem parte da vida dos usuários aos quais o Serviço Social atende.

Por fim, deve-se ressaltar que não é o intuito deste trabalho esgotar a discussão a que se propôs. Ao contrário, pretende se constituir como ponto de partida: inclusive para minha trajetória acadêmica, já que pretendo levar a temática adiante em uma possível dissertação de mestrado, por exemplo.

Os estudos sobre a violência sexual contra a mulher são inúmeros; e nem por isso seu debate foi consumado. Já o estudo do enfrentamento da mesma através do movimento feminista nas redes sociais virtuais caracteriza-se como novo para o âmbito do Serviço Social. Assim, entendemos que o intuito de contribuir para futuras pesquisas foi atingido. Assim como esclarecer que pesquisa sobre o ciberespaço, apesar de ser complexa, é possível e não deve ser descartada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M. F. **Breve história da Internet**. Universidade do Minho, Portugal, 2005. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3396/1/INTERNET.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília, 2012.

CARDOSO, I. C. B. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher nowebjornalismo e nas redes sociais**. Brasília, 2015. 150 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras/UnB, Universidade de Brasília, 2015.

CARVALHO, M. S. R. M. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. Rio de Janeiro, 2006. 239 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação) – COPPE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, M. **Eleitor compra briga nas redes sociais**. Exame.com, 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/midias-sociais/2014/10/23/eleitor-compra-briga-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 20/11/2016.

CAVALCANTI, L. F. **Prevenção da violência sexual e avaliação dos programas de saúde: tendências atuais**. In: ALMEIDA, Suely Souza de. (org.) *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2007, p. 139- 155.

CHAGAS, L.F. **Afinal, segredo de quê? Uma leitura metapsicológica da função do segredo na violência sexual e o atendimento em instituição de saúde**. São Paulo, 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Curso de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, 2014.

COMPROMISSO E ATITUDE LEI MARIA DA PENHA. **O caso Maria da Penha na Comissão de Direitos Humanos da OEA**. Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>. Acesso em 10/12/2016.

DAHBERLG, L. L.; KRUG E. G. **Violência: um problema global de saúde pública**. In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002. p. 3-22.

DAQUINO, F. **A história das redes sociais: como tudo começou**. Rio de Janeiro: TecMundo, 2012. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>. Acesso em: 06/11/2016.

DREZETT, J. **Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva**. São Paulo: Revista de Psicologia da UNESP, 2003. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/jefferson-drezett-violencia-sexuak.pdf>. Acesso em: 24/10/2016.

ESCORSIM, S. M. **Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário**. R. Katál, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 235-241, jul./dez. 2014.

FARIAS, P. S.; GOMES, M. M. T. **Virtual e urbano: espaço e esfera pública em contexto digital**. Rio de Janeiro: Revista Z Cultural, 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/virtual-e-urbano-espaco-e-esfera-publica-em-contexto-digital/>. Acesso em: 02/11/2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. Brasil, 2015.

GARTON, L.; HAYTHORNTHWAITE, C.; WELLMAN, B. **Studying Online Social Networks**. Journal of Computer Mediated Communication, n. 3, vol 1, 1997. Disponível em: <http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue1/garton.html>. Acesso em: 09/10/2016.

GOMES, R. **A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória**. Athenea Digital, v. 14, p. 237-243, 2008. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/520>. Acesso em: 10/10/2016.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. **Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero**. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 80 - 117.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê mulher 2016**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2016.

LEMOS, M. G. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminismo em redes eletrônicas**. São Paulo, 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Laços perigosos entre machismo e violência**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, 2005, p. 18-34.

MINAYO, M. C. S. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros**. *In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9 - 42.*

MINAYO, M. C. S. **Mortes violentas no Brasil: 1980-2005**. *Divulgação em Saúde para Debate*, v. 41, p. 23-25, 2008.

MONTAÑO, S. et al. **¡Ni una más! El derecho a vivir una vida libre de violencia en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2007.

MORAES, O. C. R. et al. **Vamos falar sobre assédio: uma análise dos registros de assédio sexual e importunação ofensiva ao pudor no Rio de Janeiro**. *In: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dossiê mulher 2016*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2016.

MÜLLER, N. **O começo da internet no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficina da Net, 2008. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/artigo/904/o-comeco-da-internet-no-brasil>. Acesso em: 03/11/2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial de Saúde sobre Violência e Saúde**. Gênova: OMS, 2002. OTTO, 2003.

PRASS, R. **O compartilhamento irresponsável torna as redes sociais menos responsáveis**. *Globo.com*, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/blog/tira-duvidas-de-tecnologia/post/o-compartilhamento-irresponsavel-torna-redes-sociais-menos-sociaveis.html>. Acesso em: 21/11/2016.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROSSI, M. **O dia em que relatos do primeiro assédio tomaram conta do Twitter**. São Paulo: El País, 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html. Acesso em: 18/11/2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu (16) p. 115-136, 2001.

SANTOS, V. S. **O lugar das mulheres nos livros didáticos de história**. Brasília, 2014. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2014.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. **Violência e saúde: estudos científicos recentes**. Revista Saúde Pública, v. 40, p. 112-20, 2006.

SILVA, L.E.L., OLIVEIRA, M.L.C. **Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013**. Ciência & Saúde Coletiva 20(11), p. 3523- 3532, 2015.

SOUSA, M. D. C. M. **Quanto custa o machismo? Uma análise das ações interventivas realizadas pelo Serviço Social previdenciário junto ao Centro de Referência Estadual da Mulher – Fátima Lopes no município de Campina Grande – PB**. Campina Grande, 2014. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) –Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

SOUZA, C.M.; ADESSE, L. **Violência sexual no Brasil : perspectivas e desafios**. Ipas, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

SPM. Sobre: a Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2012. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em: 27/10/2015.

THINK OLGA. **Hashtag Transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio**. Think Olga, 2015. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>. Acesso em: 06/11/2016.

UNITED NATIONS, 2015. **The World's Women 2015: Trends and Statistics**. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division.

Disponível em:

http://unstats.un.org/unsd/gender/downloads/WorldsWomen2015_report.pdf. Acesso em: 04/10/2016.